

CADERNOS DE

1

**educação
&
realidade**

**HISTÓRIA,
EDUCAÇÃO E
SOCIEDADE
NO RIO GRANDE DO SUL**

GUACIRA LOPES LOURO

Educação & Realidade Edições



Guacira Lopes Louro é atualmente professora do Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Terminou recentemente (1986) seu curso de Doutorado em Educação na UNICAMP, defendendo a Tese "Prendas e antiprendas. Uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul". Sua trajetória educacional inclui ainda: uma longa passagem pelo Instituto de Educação Gen. Flores da Cunha, onde ingressou no Jardim de Infância e saiu normalista; uma licenciatura em História na UFRGS e um Mestrado em Educação na mesma Universidade.

GUACIRA LOPES LOURO

***HISTÓRIA, EDUCAÇÃO
E SOCIEDADE
NO RIO GRANDE DO SUL***

**Educação e Realidade Edições
Porto Alegre
1986**

Cadernos de Educação e Realidade é uma publicação da Revista Educação e Realidade, periódico semestral da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Cadernos Educação e Realidade n° 1

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO e SOCIEDADE NO RIO GRANDE DO SUL

AUTORA: GUACIRA LOPES LOURO

SUPERVISÃO EDITORIAL: ROVILIO COSTA e TOMAZ TADEU DA SILVA

COMPOSIÇÃO: JACY BUSATO

Pedidos devem ser dirigidos ao seguinte endereço:

Cadernos Educação e Realidade

Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, s/n° - 90.040 - Porto Alegre, RS

Foto da Contra-Capa:

Miguel Angelo H. Canabarro

Capa-Concepção e arte-final:

Kundry Lyra Klippel (Central de Produções da Faculdade de Educação da UFRGS)

SUMÁRIO

Introdução	4
CAPÍTULO 1	
Um pouco do Rio Grande antes de 30	5
CAPÍTULO 2	
As transformações na sociedade (1930-1945)	16
A “Escola Nova” para uma sociedade renovada	16
O Período do Estado Novo	20
CAPÍTULO 3	
Alguma democracia (de 1945 a 1964)	27
Revitalização da Vida Brasileira	27
Planos, Metas e Reformas	30
CAPÍTULO 4	
O fechamento político e a prática educacional entre 1964-1971	38
Notas	46

INTRODUÇÃO

Estudar a história da educação do Rio Grande do Sul é ainda hoje uma tarefa muito nova e desafiadora. Quase uma aventura, onde se pega uma pista aqui, um rastro adiante, algumas marcas e registros e depois precisa-se reunir estes dados, interpretá-los, relacionando-os com a estrutura social onde esta educação aconteceu.

Sim, pois só é possível conhecer e entender a história da educação de qualquer sociedade se a examinarmos estreitamente articulada, relacionada com a sociedade globalmente; mesmo porque a educação não tem uma história só sua, independente das transformações econômicas, políticas e sociais mais amplas.

Foi nesta perspectiva que realizamos um estudo sobre a evolução da educação no RS, dedicando-nos mais especialmente ao período de 1930-1970 e com alguma concentração em Porto Alegre. Tais realces no entanto só podiam ser feitos na medida em que se observasse (mesmo que de um modo mais amplo) o processo educativo empreendido no Estado anteriormente. É isso que pretendemos aqui relatar.

CAPÍTULO 1

Um pouco do Rio Grande antes de 30

Para melhor compreender as características peculiares da sociedade gaúcha precisamos observar, ainda que rapidamente, como ela se estruturou; e no nosso entender é na ficção que se encontra uma das obras mais ricas e reveladoras da história do Rio Grande, pela voz do mais famoso de seus escritores: Érico Veríssimo. No seu "O Tempo e o Vento" movimentam-se personagens muito reais, vivendo a história do continente de S. Pedro do Rio Grande do século XVII até a época contemporânea. Ali a mulher gaúcha aparece forte e corajosa; são as "Bibiana", "Ana Terra", que têm de enfrentar sozinhas com seus filhos a luta pela sobrevivência, porque seus homens estão longe em campanhas e revoluções, ou morreram. Os homens são francos ou desconfiados, mas quase sempre des-temidos e apreciadores de uma "peleia".

Certamente o grande escritor riograndense não tirou de nada estas imagens. Realmente uma região em que foi constante a luta por questões de limites e posse de terras tornou-se naturalmente um ambiente onde os homens se punham em armas com frequência e as mulheres tinham de ficar sós com a responsabilidade dos filhos.

Nos livros escolares, o gaúcho é geralmente definido como guerreiro, bravo, independente e amante da liberdade; a extensão plana dos pampas e a alegria da vida pastoril são associadas a este quadro. Mas evidentemente outros elementos devem estar por detrás desta romântica descrição, na qual a mulher está geralmente ausente, ou aparece como a "chinoca", bonita e fugaz.

É um estudioso gaúcho, Décio Freitas, que começa a desmanchar este quadro. Entende ele que a economia pecuária era um sistema de produção capitalista, mas de um "capitalismo impuro, dependente e subdesenvolvido". Este sistema desde o início empregou homens livres, assalariados (os peões) que por não deterem nenhum meio de produção (não tinham nada de seu) vendiam sua força de trabalho aos estancieiros (donos dos meios de produção: a terra e o gado)!.

A lida com o gado bravio exigia o domínio do cavalo - técnica que os índios nativos da região (charruas, minuanos, guaranis) e seus mestiços conheciam, e a qual o negro escravo demoraria a aprender (além de representar um perigo por facilitar a fuga). Por isso a escravidão negra foi menor no RS do que em outras regiões do Brasil e desde o início ali se empregou mais homens livres.

A dominação destes homens era tanto material como ideológica e aí é que Nécio Freitas se dedica a desvendar o mito do gaúcho visto como alguém que servia espontaneamente ao patrão, com quem tinha uma relação quase de igualdade, o gaúcho que vivia uma vida cheia de aventuras, divertia-se com as lides do campo, despreocupado, independente, sem mulher e sem filhos.

O que acontecia na verdade é que os estancieiros procuravam em pregar peões sem família para não terem de pagar maior salário; este peão levava uma vida muito solitária, onde "o jogo, a cor-deona e o álcool" eram as poucas distrações e na qual o sexo era atendido através de contatos esporádicos com as mulheres disponíveis na campanha (as "chinas") - o que também ajudou a criar-lhe a fama de conquistador.

Conclui Freitas que

"... o mito da 'produção sem trabalho' cumpriu historicamente, da maneira mais eficaz, o papel de justificar e legitimar a ordem capitalista pastoril. Como toda ideologia dominante era eficaz na medida em que tinha a capacidade de manter a massa dos dominados convencida de sua validade, ou por outra, de que não trabalhava e não era explorada."²

Com este tipo de dominação ideológica a antiga história gaúcha aparece como uma história em que praticamente não há revoltas populares contra os donos de poder; ao contrário, os peões são sempre utilizados como verdadeiros exércitos de seus estancieiros nas empreitadas em que estes se metem, ou seja, nas lutas de fronteira ou nas questões de choque dentro da própria classe dominante.

E tais questões nasceram junto com o Rio Grande. Como esta região se situava fora da área de ocupação imediata dos portugueses e muito próxima da região de domínio espanhol e do porto de Buenos Aires, ela foi desde sempre zona de conflito e de contrabando.

O gado, aqui introduzido pelos jesuítas espanhóis, e a vasta extensão de terras cultiváveis propiciaram o surgimento de uma economia fundamentalmente agropecuária.

Uma economia portanto ligada à exploração da terra - concentrada nas mãos de poucos proprietários - e à criação de gado, e que acabou se vinculando de modo subordinado às demais economias regionais do Brasil.³ Assim o RS através de suas atividades econômicas fundamentais - a criação e a charqueada - abastecia o mercado e deste recebia os demais produtos necessários à vida de sua gente.

Mas se a situação econômica era de dependência do centro do País, a província explorava sua condição de fronteira para obter um espaço político especial, ou seja, uma certa benevolência do poder central com relação à autoridade e autonomia dos chefes locais: os grandes estancieiros. E isso ocorreu tanto no período colonial como no Império, ainda que nesta época os interesses ligados ao café se sobrepusessem aos demais e mesmo se chocassem com os dos criadores e charqueadores. A barganha política foi, portanto, muitas vezes usada no Rio Grande, invocando-se a necessidade de o governo central atender a uma região de fronteira frequentemente conflituada, onde também se concentravam sempre os maiores contingentes do exército brasileiro.

Em todo o período imperial a província viu-se envolvida em guerras exteriores: a Cisplatina (1817-28), as Guerras Platinas (1849-52) e a Guerra do Paraguai (1864-70); e ainda internamente na Revolução Farroupilha (1835-45).

Se, como vimos, a sociedade gaúcha estruturou-se num clima constante de lutas de fronteira e de conflitos outros é fácil entender que aí foi mais lento o processo de valorização da educação e sua organização de modo sistemático.

Do período colonial há muito pouco a registrar como preocupação oficial com a educação, e a presença educativa jesuíta, que era marcante em outras regiões do País, ali praticamente inexistiu (com exceção das Missões).

Ao entrar o País no período independente, pela Constituição de 1824 se estabelece o direito à educação para todos, e se determina que em nível elementar ela deva ser gratuita. Por esta época surge no Parlamento brasileiro a proposta de ser entregue o magistério primário (obrigatório para crianças de 7 a 14 anos) preferentemente às mulheres; e então no RS, em 1831, cria-se a primeira escola sob regência feminina.

Poucos anos depois aumenta a autoridade das províncias no que tange a legislar sobre o ensino público. Mas a leitura de um relatório do Conde de Caxias feito em 1846, após sua visita ao Rio Grande, pode melhor nos demonstrar o quadro oficial do ensino da região naquele tempo:

"A instrução primária, tão necessária a todas as classes da sociedade, não apresenta lisonjeiro aspecto nesta Província; talvez, pelo abandono em que caíram todas as cousas nestes últimos oito anos e pelo desmazelo de muitos pais, que desleixam a educação de seus filhos, particularmente nos lugares arredados da capital, onde os interesses materiais deixam em esquecimento os intelectuais, e morais; e em troca de algum pequeno serviço doméstico que os meninos lhes podem prestar, os deixam no resto do tempo entregues à vadiação; e outros em que não falta a boa vontade, e sim os meios, não podem mandar seus filhos às escolas públicas pela distância em que moram dos povoados onde estão elas estabelecidas.

Tem hoje a Província 51 escolas públicas de instrução primária; 36 para meninos e 15 para meninas (...). Não deveis es

perar que todas estas cadeiras sejam regidas por hábeis mestres, porque desgraçadamente a pouca importância que entre nós se dá aos instrutores da mocidade afugenta da nobre carreira do magistério os que a ela se deviam dedicar com vantagem pública; nem a paga é tal que recompense o incômodo ou ao menos chegue para os misteres da subsistência.

Além das escolas já estabelecidas, julgo de necessidade a criação e estabelecimento de pelo menos mais 10 para o sexo masculino e 6 para o feminino..."⁴

Sobre a instrução secundária neste mesmo relatório se falava que ela era mínima (em termos de número de aulas) e dada muito sem método, apesar de estar nas mãos de professores "mui dignos de as ensinar". É possível perceber que neste nível não há qualquer referência às meninas.

Na verdade, dentro da lógica da época, era razoável que isto assim acontecesse. Para as mulheres gaúchas, tanto das classes desprivilegiadas como das camadas altas, o fundamental era desenvolverem-se nas prendas domésticas: saber cozinhar, cuidar das crianças, fazer rendas. A cultura letrada era tida como prescindível.

Sem dúvida devemos registrar que algumas mulheres das classes abastadas (filhas dos estancieiros) tinham aulas particulares onde, além da leitura, escrita e um pouco de aritmética, figurava o piano, a declamação de versos e, obviamente, a doutrina católica. Mas de qualquer modo, mesmo para estas, a formação fundamental era aquela dirigida para as atividades domésticas - os principais requisitos para um casamento.

Ainda em 1846, o Conde de Caxias, após visitar o Rio Grande, fala na necessidade de reunir todas as aulas secundárias num só estabelecimento, que teria o título de Liceu D. Afonso. Tal liceu contudo só é concretamente instalado em 1851 e os relatórios dos anos seguintes continuam dando conta de dificuldades no seu funcionamento.

Devemos lembrar que ao tempo desses escritos a província está apenas saindo da Revolução Farroupilha que duraria dez anos e evidentemente deixaria profundas marcas.

Se a situação educacional não era de bom nível no País globalmente, com muito mais motivos ela se mostrava precária no Rio Grande.

Estes documentos, que testemunham o rarefeito panorama escolar da região na metade do século passado, referem-se também ao problema da formação de professores e às dificuldades para enviar e manter as crianças na escola.

Aliás o problema de formação de professores era grave em todo o País, funcionando as escolas em grande número sem mestres qualificados. Isso se agravava mais especialmente nas classes femininas por ser mais difícil encontrar mulheres preparadas para ensinar.

Após insistentes reclamos, acaba sendo inaugurada, em 5 de abril de 1869, a escola normal, da Província de S. Pedro, em Porto Alegre, que seria uma das primeiras a ser criada no Brasil. Ali deveriam se preparar professores de ambos os sexos para instrução pública, aceitando-se alunos maiores de 16 anos e habilitados nas matérias primárias. De qualquer modo, os turnos eram separados por sexo e desde o início a escola atraiu mais mulheres do que homens.

Esta tendência que aparecia desde o início na Escola Normal era apenas uma concretização da idéia de que o magistério das primeiras letras deveria ficar preferentemente em mãos femininas, por ser um prolongamento das funções maternas.

O curso normal de Porto Alegre constituiu-se inicialmente em dois anos, e logo em seguida (1871) foi acrescido de mais um ano.

A província passava a ter então uma instituição educacional de formação de professores que a colocava mais próxima da realidade de outras regiões brasileiras, mais centrais.

Este progresso educacional oficial se fazia em consonância com um desenvolvimento econômico e político que, se não era extraordinário, trazia de qualquer modo algumas modificações na região.

A economia se mantinha ainda ligada à criação e à terra, voltada para o mercado nacional, mas a chegada dos imigrantes modificara um pouco este quadro, acrescentando a ele a policultura e a pequena criação.

Assim no Rio Grande, ao final do séc. XIX a grande criação de gado está mais ou menos estacionária, com problemas de competição com a produção do Prata; está em desenvolvimento a agricultura da zona colonial (alemã e italiana), bem como em outras áreas do estado começam as plantações de arroz e trigo. Além disso, como lembra Antonacci, neste período, pela expansão do mercado nacional e do mercado sulino, já há condições para o desenvolvimento do comércio e para a instalação das primeiras fábricas no RS, surgidas em função dos interesses e necessidades dos criadores e agricultores.⁵ Essas fábricas vão se ligar ao setor agropecuário, já que beneficiam matéria-prima daí advinda: são curtumes, sapatarias, fábricas de vinho, vinagre, etc. Mas ainda que tais produtos vissem substituir os importados, não se altera significativamente o tipo de vinculação do estado com o resto do País.

Politicamente, durante o período imperial, no RS debatiam-se - como de resto em todo o País - dois partidos: o Liberal e o Conservador, que se alternaram no governo da província até 1872 quando se firma a hegemonia do Partido Liberal e de Silveira Martins. Mas deve-se notar que por esta época também já se formava o primeiro núcleo republicano do estado, no qual figuram nomes que seriam destacados na história gaúcha e nacional: Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros.

Em 1868 surgia em Porto Alegre, a Sociedade Partenon Literária, onde se debatia a libertação dos escravos, a república, e a emancipação das mulheres.

Este final do século XIX é então um período de alguma efervescência cultural e política no estado.

Contudo é importante entender este quadro dentro dos limites de modernização, sem supervalorizações que possam induzir à idéia de uma revolução mais profunda na realidade social gaúcha.

As lideranças políticas eram, e continuariam a ser na república, oriundas do setor proprietário de terras. Mas apareciam agora novas forças sociais, representadas pelos pequenos e médios proprietários e pelos elementos ligados ao comércio e à indústria; e estas forças vão obrigar a novos arranjos sociais dentro da estrutura de poder do estado.

Estes novos setores sociais são acolhidos no Partido Republicano Riograndense que se estrutura, enquanto muitos dos velhos estancieiros parecem entender que a queda do Império representava sua própria decadência política.

O PRR atrairá então alguns grandes proprietários, identificados com as idéias republicanas, e os setores médios (funcionários públicos, colonos, exército), utilizando como elemento de coesão o positivismo, doutrina que tem como principal líder no estado Júlio de Castilhos.

Sobre o positivismo no Rio Grande é necessário tecer alguns comentários. Aqui sua influência foi muito expressiva e abrangente, a ponto de um estudioso, N. Boeira, dizer que o positivismo chegou a se constituir num "modismo cultural dominante".⁶

A Constituição riograndense reflete esta postura, salientando um poder executivo forte e clara separação dos poderes espirituais e temporais (busca-se a liberdade de ensino, afasta-se a idéia de subvenção estatal para o ensino superior, mas defende-se o ensino primário universal). A ideologia do positivismo teve grande impacto especialmente sobre a elite riograndense, o que fez com que acabasse se expandindo pelos jornais e outros meios e tivesse no fim expressão política e religiosa por décadas.

Evidentemente esta ideologia afetou também a educação, já que supunha a construção de uma nova ordem (científica, positiva), e isto pode ser percebido pelas obras didáticas difundidas aqui neste período, pelo destaque de professores ligados ao movimento e pelo espírito que orienta a organização dos primeiros institutos técnicos e escolas de nível superior do estado.

Provavelmente no terreno político é mais perceptível a incorporação das idéias positivistas pelos primeiros dirigentes gaúchos.

"Conforme a concepção positivista, a política gira em torno do estabelecimento de uma conciliação entre a ordem e o progresso, com base no 'livre desenvolvimento da iniciativa individual'. Com isso os positivistas entenderam que o estado devia exercer uma ação reguladora de todos os setores da produção. Além disso, cabia ao estado intervir para harmonizar a existência e o uso da propriedade..."⁷

Portanto, coerentes com a idéia de um estado "acima das classes sociais", os positivistas riograndenses procuram permitir o desenvolvimento de todos os setores da produção sem proteção ou prioridade de nenhum deles.

Com isso, a iniciativa privada era bem estimulada, em todas as áreas, inclusive no ensino, embora neste setor (considerado de interesse da coletividade) o estado desse assistência. Implantou-se assim no RS a "ditadura científica" e, enquanto houve condições de expansão do mercado e de um "natural" desenvolvimento das forças de produção, essa foi menos contestada.

Durante o governo de Júlio de Castilhos desenvolveu-se violenta guerra civil no RS - de 1893 a 95 - onde se chocaram federalistas (maragatos) contra republicanos (pica-paus). Esta revolução federalista, famosa pela degola, termina com a vitória dos republicanos.

A partir de 1897 Borges de Medeiros é o novo presidente do Estado e depois torna-se chefe do PRR como continuador da obra de Castilhos, permanecendo nesta chefia por 30 anos.

Os políticos da situação e da oposição divergiam em algumas questões, como destaca Antonacci (embora fossem semelhantes em suas origens sociais): quanto à fonte da autoridade e a forma de exercê-la (mais ou menos concentradamente); e quanto à orientação da política econômica do estado, objetivando os oposicionistas a maior intervenção estatal na proteção ao setor agropecuário (o que contrariava a linha positivista dos dirigentes).⁸

Como o Rio Grande continuava a ser o fornecedor de produtos agropecuários para o resto do País - o chamado "celeiro do Brasil" - tinha não só problemas por sua situação de subordinação, como também freqüentemente divergências profundas de interesse com os setores dominantes nacionais.

Para contrabalançar esta desvantagem, o estado buscou em grande parte da república velha crescer em importância política. Sua bancada votava unida e, desta forma, o RS podia usar da barganha como instrumento de pressão.

Como lembra Pesavento⁹ esta coesão partidária não era entretanto indicativa de uma unidade de pensamento dentro da classe dominante do Estado. Muito pelo contrário, ela era o resultado do completo afastamento do poder da oposição gaúcha.

O país já se modernizava nesta fase da 1ª República, surgia uma burguesia industrial, bastante ligada, é verdade, ao setor agrário cafeicultor; formava-se um proletariado urbano e aqui em travam grandes levas de imigrantes estrangeiros.

No movimento operário desta época começava a crescer a presença feminina.

Na sociedade em geral começava-se a sentir um certo predomínio do setor urbano sobre o rural.

Juntamente com este quadro de modernização e urbanização vai aparecer a preocupação com a expansão quantitativa da escola. A preocupação em combater o analfabetismo, com a consequência de aumentar o número de eleitores, pode ser entendida como uma reivindicação mais clara do setor em ascensão (industrial urbano) que assim buscava abalar a hegemonia do setor agrário - onde sempre seria menor o número de alfabetizados. Também a expansão do ensino se liga, é claro, à necessidade de universalizar-se parte do saber, o indispensável à melhor qualificação do trabalhador urbano.

Corresponde o "entusiasmo pela educação", como diz V. Paiva, à idéia liberal e idealista do que pela educação se poderia alterar a sociedade, ou seja, solucionando o problema educacional os demais problemas seriam resolvidos. O analfabetismo é visto como a maior doença do País. Faz parte deste quadro uma forte tendência nacionalista que se concretiza pela preocupação do Estado em criar escolas públicas nas colônias de imigrantes, fechando escolas estrangeiras (que se difundiam no RS e outros estados sulistas). Fala-se muito na época em intervenção federal nos estados para suprir a educação elementar, mas isso não chega a se concretizar pela alegada falta de recursos.

O Rio Grande do Sul segue mais ou menos o mesmo movimento do restante do País (apesar de já apresentar algumas melhorias em sua situação educacional, ainda estava muito longe de ter a maioria de sua população alfabetizada). Aqui se registra de modo especial nesta época a expansão de escolas privadas e confessionais. Quanto ao ensino de nível superior, já desde o início do século (1900) contava Porto Alegre com as três faculdades que seriam o núcleo da futura universidade (que se organizaria em 1934): a Faculdade de Medicina, a de Engenharia e a de Direito. Unido nesta época à Faculdade de Engenharia funcionava o Instituto Júlio de Castilhos, que dava o curso preparatório para matrícula nas faculdades.

A Escola Normal de Porto Alegre sofrera duas reorganizações no final do século (em 1377 e em 1881). Em 1901 ela é suprimida por ser considerada dispendiosa, e substituída por um Colégio Distrital que se compunha de duas seções (uma para moças e outra para rapazes), as quais funcionavam separadas. Anexo ao Colégio funcionava o curso elementar que preparava para o Complementar.

Em 1906 a instituição deixa de ser Colégio Distrital e passa a se chamar Escola Complementar, agora de nível secundário. Com este nome e com um mesmo currículo, manteve-se até o ano de 1929. Este curso complementar tinha inicialmente três e depois quatro anos e apresentava, entre outras disciplinas, psicologia, pedagogia e prática de ensino. Possivelmente seu currículo refletia o que se considerava mais moderno e adequado à formação de professores, já que a escola tinha no estado uma posição de pioneirismo quanto a teorias educacionais.

Como comentamos anteriormente, o processo de urbanização e industrialização crescente significava o aumento na pressão por es

colas no estado e no País e resultava na busca também pelas mulheres de uma formação mais sistemática.

Em Porto Alegre alguns sinais marcavam a mudança de fisionomia da cidade. No início do século, a maior parte da capital era ainda iluminada a querosene, embora já existissem condições para luz elétrica em poucas ruas centrais; eram precárias as ligações urbanas, com ruas estreitas, mal calçadas e de pouca higiene. Mas após as primeiras décadas republicanas (de modo especial com a administração de Otávio Rocha - 1924) estas condições vão se transformando: a cidade é remodelada, são abertas e pavimentadas ruas e avenidas, ocorrem melhorias no fornecimento de água, rede de esgotos, transporte e energia elétrica. Estas são mudanças indicativas do processo de urbanização e, no caso, de modernização da capital.

Politicamente continuava no estado gaúcho a situação de conflito dentro da classe dominante, e esta tensão acaba se aguçando ainda mais com a crise econômica que atinge o País após a Iª. Guerra. De um lado, buscam os produtores a proteção estatal, e de outro, coerente com os princípios positivistas, o estado a nega.

Em 1923 arma-se então mais uma revolução, colocando novamente em lados opostos republicanos e libertadores e ainda mais uma vez a oposição é liderada por Assis Brasil (fundador da Aliança Libertadora). Assim federalistas e assissistas estão unidos contra chimangos (partidários de Borges de Medeiros). Esta é uma luta no interior da própria classe dominante gaúcha, politicamente dividida. Após o Pacto de Pedras Altas que põe fim à revolução e garante algumas conquistas aos libertadores (como a revisão da constituição estadual e a não reeleição de Borges), assume como novo presidente de estado Getúlio Vargas, em 1928.

Com Vargas se inaugura um novo estilo de governo. Membro da ala mais jovem do PRR, ele desde cedo já mostrava sua habilidade em conciliar e em fazer alianças.

Foi assim que conseguiu em dois anos frente ao governo estadual, do qual sairia para o governo do País, aproximar-se dos antigos rivais, os libertadores, levando mesmo alguns deles para cargos do governo local; e prestigiar o RS a nível nacional.

Crescia no RS o nível de organização dos criadores, produtores e fabricantes, e Vargas via com bons olhos esta tendência. Outros elementos apareciam no estado dando indícios de uma modernização: a Viação Aérea Rio Grandense (VARIG) começava a operar, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (fundado por Vargas) servia de novo e importante ponto de apoio para os interesses agropecuários, e a capital, Porto Alegre, adquiria ares de cidade grande, com as melhorias em suas condições de infra-estrutura.

Ao assumir a presidência do Estado, Getúlio afirmava serem as suas principais preocupações: vias de comunicação e educação para o povo. Assim, com Osvaldo Aranha como secretário do Interior, pôs em execução um plano, anteriormente elaborado, no sentido de

melhor atendimento do interior quanto a professores formados, pela criação de escolas complementares. São criadas (a partir de 1927) escolas complementares em Pelotas, Passo Fundo, Caxias, Santa Maria, Cachoeira e Alegrete, utilizando-se como modelo a de Porto Alegre. Osvaldo Aranha lançou ainda a idéia de celebrar o centenário da Revolução Farroupilha (em 1935) sem analfabetos no Estado. Na sua preocupação com a alfabetização extensiva mandou então imprimir grande número de exemplares de um novo método e espalhá-lo pelas estâncias e estabelecimentos industriais da campanha.¹²

Uma nova tendência pedagógica começava a se fazer sentir no País (a Pedagogia Nova) e algumas professoras gaúchas de maior destaque entravam em contato com ela através de viagens para os outros estados. Estas idéias teriam como principal foco de debate a Escola Normal da capital, além da Sociedade Riograndense de Educação, fundada em Porto Alegre nesta época.

Modificações sociais importantes não aconteciam, evidentemente, apenas a nível local. O País vivia à entrada dos anos 30 importante momento de reorganização de sua vida econômica, política e social.

A hegemonia da economia cafeeira, começava a ser abalada. Enquanto isso já estava em desenvolvimento no País o processo de industrialização; mas também a industrialização brasileira se construía na dependência dos movimentos internacionais, ou seja, ela tinha seus momentos de avanço e de recuo conforme alterações econômicas ocorridas fora do Brasil.

Por isso é que B. Fausto fala em "industrialização por rupturas"¹³ (por ser este um processo que é descontínuo e irregular), o que dificultava a formação de uma burguesia industrial forte capaz de se opor ao setor cafeeiro.

O quadro social brasileiro se configurava ainda pela presença dos setores médios (formados pelos funcionários públicos, militares, profissionais liberais, empregados do comércio) e da nascente classe operária que já se manifestara politicamente em movimentos reivindicatórios e grevistas.

Economicamente contudo, o País ainda dependia fortemente do setor agrário e mesmo a indústria se alimentava com divisas dele provenientes, por isso não se pode dizer que houvesse uma real oposição entre a burguesia industrial e a agrária, mas sim uma complementaridade, ainda que feita com atritos.

Se tal acontecia a nível nacional com muito mais razão se poderia afirmar com relação ao RS, onde o setor industrial mantinha estreita ligação com a agropecuária, já que se dedicava fundamentalmente à elaboração das matérias-primas daí advindas.

Assim, o que vemos em 30 é a disputa dos grupos dominantes regionais que estão afastados do poder central pela sua posse, disputa essa que congrega outros setores descontentes da sociedade.

O RS então vai entrar com todo seu peso na luta pelo poder

central no momento em que vê condições para alcançá-lo.

Nesta hora, as disputas gaúchas locais entre republicanos e libertadores são suplantadas em nome do interesse do Rio Grande, e Getúlio sabe muito bem congregar todos ao seu redor como candidato à presidência da República.

O agrupamento partidário que tem Getúlio como candidato é a Aliança Liberal, caracterizada por B. Fausto como uma frente de oposições estaduais (e não um partido) que reúne as reivindicações dos vários grupos desvinculados da economia cafeeira e que pretende muito mais uma reforma política do que uma revolução.¹⁴

O RS parecia ter naquele momento condições especiais para se apresentar como uma alternativa de governo: era dos grandes estados brasileiros o que menos dependia do mercado internacional e por isso foi o que sentiu mais tardiamente os efeitos da grande depressão. (É claro que ela também se manifestou aqui pelas retiradas de dinheiro, falta de empréstimos e falência de bancos, mas posteriormente ao que ocorrera em outros estados).

A revolução de 30 aconteceu então, e passou para a história brasileira como um momento que marca a transição para uma república nova, mais moderna, com maior presença dos setores médios urbanos e industriais, e com reflexos na superestrutura educacional. Devido a estas características é frequentemente utilizada como um marco para estudos históricos.

Pode-se questionar o alcance da ruptura político-institucional ou das transformações sócio-econômicas; pode-se também criticar o uso deste marco para um estudo da história da educação. Mas não há dúvida de que a década de 30 é expressiva para observar-se a modernização da sociedade brasileira, além de o estado gaúcho ganhar também maior realce nas decisões nacionais. O debate pedagógico se desenvolve agora muito mais claramente, marcado de modo significativo pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova e pela reforma Francisco Campos (ambos em 1932). Em algumas instituições educacionais as novas teorias pedagógicas são experimentadas, discutidas e confrontadas com as práticas tradicionais.

CAPÍTULO 2

As Transformações na Sociedade e na Educação (1930-1945)

A "Escola Nova" para uma sociedade renovada.

No RS o movimento da Escola Nova tem como um dos principais focos irradiadores a Escola Normal de Porto Alegre. Em 1929 a instituição sofre uma grande reforma, reassume o nome de Escola Normal e passa a ser "a menina dos olhos do secretário do interior do estado", como diz E.Kemp.¹⁵ Agora dispõe de um curso complementar de 3 anos (que dá o diploma de aluno mestre), um curso normal ou de aperfeiçoamento, de 2 anos (que dá o diploma de Professor) e uma escola primária e um jardim da infância para prática de seus alunos.

Na orientação da escola nova o que se fala é da "qualidade" do ensino, ao invés da preocupação com a quantidade. A melhoria da qualidade significava reformar currículos e métodos, reforçar a qualificação técnica dos professores, equipar as escolas com novos recursos e laboratórios. Representava também trazer para a educação a contribuição de outras ciências: da psicologia, principalmente, mas também da biologia, da higiene, etc. Propunha-se uma escola ativa, onde o processo de ensino se centraria mais no aluno e onde os métodos e técnicas passariam a ser mais valorizados do que os conteúdos. Havia uma forte condenação à memorização e às formas de ensino tradicionais e uma crença que novos métodos e técnicas deveriam ser empregados, acentuando os processos de "solução de problemas", num mundo que se entendia mais dinâmico e em constante transformação.

Buscando observar estes novos métodos e processos de ensino, grupos de professores gaúchos vão em viagem de estudos para o Rio, São Paulo, Minas.

Contudo, a adesão à nova tendência pedagógica não se faria, é claro, de modo "puro". O que se evidenciava na prática educativa era uma combinação entre os novos princípios pedagógicos e os tradicionais, nos quais a maioria dos professores tinha certamente se formado. O impacto das novas idéias podia ser defendido te

oricamente e mesmo experimentado em sala de aula, mas isto se fazia sobre a permanência de uma arraigada herança do ensino tradicional. Havia uma certa efervescência no debate sobre educação no País; que acompanhava a efervescência da criação da "República Nova", inaugurada pela revolução de 30.

A partir da tomada do poder por Getúlio, constrói-se no País o que Boris Fausto convencionou chamar de um "estado de compromisso".¹⁶ Como nenhuma das facções que participa do movimento tinha forças para impor seus interesses isoladamente, há uma espécie de conciliação entre os vários setores. (Ainda que se possa observar que se salientam os interesses das camadas burguesa e média e que o proletariado é considerado e controlado politicamente).

É o medo do avanço operário que faz com que a classe seja assim tratada. É criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (em 1930) e são estimulados os sindicatos oficiais apolíticos, ou seja, busca-se manipular ideologicamente a classe, ao mesmo tempo em que ela é desorganizada politicamente, uma vez que a sua vanguarda é afastada.

De qualquer modo há indícios de que a sociedade brasileira se modernizava. O desenvolvimento da industrialização e urbanização estavam colocando problemas novos ou obrigando a ver de modo novo velhos problemas. É neste sentido que a "questão social" passa a fazer parte do projeto político de alguns partidos e estes deixam de refletir tão fortemente interesses regionais para refletirem mais visões de classe.

Uma nova conjuntura social se formava, onde a presença dos setores médios e burgueses se acentuava, e era neste fértil terreno que vinha se desenvolvendo o ideário da Escola Nova, a tendência pedagógica humanista liberal moderna.

Em 1930 cria-se o Ministério da Educação e Saúde e em 1932 lança-se o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.¹⁷ É a época em que surgem os primeiros profissionais da educação e são eles a vanguarda deste movimento renovador. O fenômeno não estava nascendo no Brasil, é claro, era na verdade mais uma tendência copiada do exterior (dos Estados Unidos e da Europa).

Em 1932 Vargas assina o decreto de reforma do ensino secundário, conhecido como a Reforma Francisco Campos. Seu autor pretendia com ele reconstruir o ensino secundário brasileiro, tirando seu caráter de curso de passagem para o superior e dando-lhe um cunho educativo, formador.

Em consonância com o novo governo que se formava e do qual participava, o ministro da educação insiste na necessidade de uma escola renovada para servir a uma sociedade nova também.

Atravessa todo o texto uma grande crença na escola como capaz de realizar mudanças e faz-se um vínculo entre ela e a democracia.

Mas mesmo tratando de uma função política, a ênfase recai nos

procedimentos didáticos, como comentamos em outro trabalho:

"O escolanovismo, ao acentuar os aspectos técnicos, representa um refluxo na importância do âmbito político da educação. O problema educacional passa a ser uma questão escolar e técnica. Sua ênfase é na qualidade, no ensinar bem, mesmo que não a muitos. Pensam os ideólogos do movimento que a escola nova seria capaz de construir um novo homem, reformar a sociedade. Também como na fase anterior era colocada uma possibilidade de mudança de toda a sociedade a partir de um elemento de sua superestrutura. Daí frustrarem-se as esperanças destas mudanças."¹⁸

Já desde a década de 20 os princípios pedagógicos começam a se tornar mais importantes do que os princípios políticos. Isso representa uma passagem que Vanilda Paiva, juntamente com Nagle, denomina do "entusiasmo pela educação" (das décadas anteriores) para o "otimismo pedagógico". Neste otimismo se forma a maioria dos educadores profissionais do País, portanto numa concepção de que se deveria voltar para dentro da própria escola, estudando os seus fatores internos, o que implicava esquecer ou secundarizar a vinculação da escola com o conjunto da sociedade, bem como ignorar os seus contatos com os grupos dominantes.¹⁹

A preocupação de não comprometimento político (como se fosse possível tal neutralidade) pode ser percebida nesta descrição feita por um secretário de educação do RS sobre a época:

Para criar e manter uma atmosfera de serenidade e independência, isto é para que se exercitasse o governo autônomo da educação sem a intervenção, tantas vezes perturbadora, da política, começou a administração, definindo-se por um plano de ação prévia. Leis sucessivas, consolidadas no decreto que organizou a carreira do professor, impuseram critério pessoal e objetivo para o seu recrutamento, movimentação a estágios superiores e tornaram efetivos os direitos de promoção.

Estas medidas, porém, não revestiam feição de construções isoladas, parciais, fora da visão global do problema. Antes se integravam em um programa de política educacional que, além de sistemático, se caracterizava pelo espírito de continuidade. Esse programa poderia ser prefigurado no seguinte esquema:

- 1 - Redeterminação dos fins;
- 2 - Formação, atualização e dignificação do professor;
- 3 - Renovação educacional;
- 4 - Administração central e regional do ensino.²⁰

Desenvolvendo suas idéias, o secretário lembra que se buscava agora "novos padrões de educação" numa fase de "predomínio do social". Com isso a criança e o meio passam a ser os fundamentos do novo ensino. E diz ele adiante:

"Aberta a todos indistintamente e a todos oferecendo oportunidades iguais, define-se a escola como instituição democrática, reforçada esta tendência no crescimento livre e pleno da criança, nos incentivos para formação de vínculos sociais efetivos, através do trabalho em comunidade que levaria ao fortalecimento da consciência do grupo e à aceitação das responsabilidades pelo bem comum."²¹

Acentua-se que a educação deveria ser democrática - a isso se propõe a escola nova. Mas, como afirma Saviani, este foi um dos momentos em que, contrariamente, a escola foi menos democrática. E Saviani demonstra esta tese ao lembrar que na fase anterior (da escola tradicional) havia uma preocupação em entender a escola como um instrumento de participação política (a escola para todos, a alfabetização); agora não, a preocupação passa a ser a qualidade, os métodos, as técnicas, e isso na prática, pelas condições objetivas existentes, acabou significando o aprimoramento do ensino das elites (que já traziam uma bagagem cultural para a escola, e podiam estudar em colégios melhor equipados) e um rebaixamento do ensino da maioria da população.²²

Então numa sociedade em que se definiam mais as diferenças de classe, essa proposta educacional dita democrática acabava privilegiando os já dominantes. E essa era a tendência educacional do momento, que se expandiria ainda muito e que sob formas transformadas pode-se dizer que se mantém ainda hoje.

Neste momento parece ser possível acompanhar em todo o País mais ou menos as mesmas tendências pedagógicas, e também poderíamos dizer que agora o Brasil entrava numa fase de ações (movimentos) mais nacionais (integrados) em praticamente todas as áreas (política, economia, etc.).

O Rio Grande após 30 ganha maior intimidade com o poder central, mas terá também seus problemas de relacionamento com este poder

Em 1935, Flores da Cunha é eleito indiretamente governador.

Neste mesmo ano são feitas algumas alterações de ordem administrativa que pretendem atender de modo mais específico à educação no estado. Tal é o sentido da criação da Secretaria de Educação e Saúde Pública desvinculando estas áreas da Secretaria do Interior, e dentro desta secretaria a organização de uma seção técnica de pesquisas e orientação educacionais (que seria o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais - CPOE).

Além destas manifestações específicas no setor educacional, das quais adviriam ao governador gaúcho prestígio e reconhecimento, Flores crescia politicamente e buscava influenciar além das fronteiras do estado, pretendendo mesmo influir na sucessão presidencial de 1938. Mas pouco a pouco ele se via num impasse: ou atendia os partidos riograndenses, ou se ligava completamente a Vargas, que já dava mostras de querer prolongar seu governo. Como Flores da Cunha posicionava-se como o grande defensor da constituição e do federalismo (o que significava em última análise buscar manter alguma autonomia para os estados), a Vargas desagradava a linha adotada pelo governador, e então ele vai manobrar com os grupos gaúchos para prejudicar Flores.

Por esta época, Vargas começa a empreender um fechamento a nível nacional e para justificar este processo acena com os movimentos extremistas de esquerda e de direita que ocorriam no Brasil naquele período. O Partido Comunista e a Ação Integralista Brasileira eram os dois pólos ideológicos; o primeiro é alvo

de uma repressão mais imediata e a AIB é inicialmente utilizada e depois também afastada.

Quanto ao RS, em 1937 a pressão sobre Flores chega a níveis extremos e este se vê forçado a abandonar o País. Com uma série de medidas Vargas desarticula os apoios militares do governador gaúcho e em seguida nomeia um novo interventor para o RS - o general Daltro Filho.

Em 10 de novembro de 37 inicia-se o Estado Novo, com o fechamento do Congresso Nacional, outorga de uma nova constituição e completa centralização do poder nas mãos de Vargas.

O Período do Estado Novo

Instalava-se no País uma ditadura, sem unidade ideológica e sem compromisso explícito com qualquer partido político organizado.

O golpe usava como autojustificativa não apenas a necessidade de manter a "segurança" do País (ameaçado pelo avanço comunista) e a unidade da nação, mas também a necessidade de reordenar a economia nacional que ainda vivia os efeitos da depressão de 29.

Examinando o quadro conjuntural do momento, Lourdes Sola indica que os dois grandes conjuntos econômicos do País - o cafeicultor e o industrial - davam mostras de desejar o fortalecimento do poder central, para que o mesmo interferisse mais diretamente no amparo aos seus problemas e portanto para estes a nova situação seria favorável. Mostra ainda que as outras oligarquias que poderiam desejar a maior autonomia dos estados não eram suficientemente fortes para se impor.²³

As forças armadas também tiveram um papel decisivo para a implantação do Estado Novo. Afastado o "tenentismo" como uma tendência mais radical, os militares darão suporte à idéia de nacionalismo e segurança interna e também serão pontas de lança do setor industrial por verem na industrialização do País elemento fundamental para sua autonomia. Como lembra Sola, combinam-se "exigências progressistas a nível econômico" (instalação de indústrias de base, exploração do subsolo e de energia pelo próprio País), com "uma prática política impregnada de elementos ultra reacionários" (com os militares como agentes da repressão política).²⁴

O nacionalismo passa a ser a tônica dos debates da época e pode implicar em alteração dos rumos da política econômica.

No RS, o interventor Daltro Filho (que também tomara parte ativa no golpe) governa apenas até o início de 38, quando morre e é substituído por outro militar: o Cel. Cordeiro de Farias.

O governo de Cordeiro de Farias corresponde praticamente a todo período da ditadura do Estado Novo, época em que a centra-

lização política é completa (estão extintos os símbolos estaduais, o presidente tem plenos poderes legislativos e executivos e a censura é fortemente exercida). A dependência dos interventores em relação ao chefe do Estado Novo é grande, pois se aqueles dispunham a nível estadual de poderes amplos (legislativo e executivo), eram por outro lado controlados pelo governo central, uma vez que eram por ele nomeados e destituídos, sendo ainda supervisionados por um departamento administrativo ligado ao Ministério da Justiça.

No RS, nesta fase há uma atenção mais especial à educação, e é novamente o secretário de educação do período, Coelho de Souza que afirma:

"Pela primeira vez o estado enfrentava o problema da educação dentro de um planejamento orgânico, com diretrizes bem definidas;"

acrescentando que isso representava elevar o padrão de capacidade do professorado, bem como reformar o trabalho escolar e ampliar as bases materiais para educação.²⁵

Dai resultou um desenvolvimento não só nos prédios escolares e suas condições de funcionamento, como aumento do número de professores e preocupação com sua maior qualificação. No ano de 1938 são feitas alterações no modo de ingresso e promoção do professorado, e em 1939 realizam-se transformações importantes no curso normal. Agora o normal passava a se articular com o ginásio ao invés de ser com o primário, buscando um melhor lastro cultural para o magistério.

Facilmente podemos relacionar tais procedimentos com o movimento da Escola Nova, mas também é interessante guardar a expressão de Souza de um "planejamento orgânico", posta por primeira vez, o que se vincula à tendência de planificação que começaria a tomar conta do Brasil.

Se até mais ou menos 1935 os educadores escolanovistas haviam sido prestigiados por Vargas sem que se lhes cobrasse um posicionamento político, agora se passava a exigir-lhes uma definição em consonância com a nova ordem que se estruturava. (Uma tendência bastante característica de regimes autoritários). Por isso alguns deixam de atuar oficialmente e outros colaboram com o Estado Novo. Mas nesta, como em outras áreas, o Estado passa a tomar as mais importantes decisões, restando aos educadores manifestarem-se "tecnicamente".

No âmbito cultural brasileiro, especialmente nos meios de comunicação, se percebe o exercício do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em suas atividades específicas de propaganda do regime e de censura às publicações, manifestações sociais, artísticas, etc.

O espírito de centralização que existia em toda política governamental do Estado Novo se manifestava também na organização educacional. É interessante observar o tom usado por Coelho de Souza, no RS:

"Na reorganização da Secretaria da Educação e Cultura com substanciada no Decreto-Lei 246 de 13/12/42, teve-se em conta o princípio de 'unidade de comando' que devia importar em máxima centralização de planejamento e controle; ao mesmo tempo, porém, não se desprezou o princípio de 'pluralidade de chefia' para serviços claramente diferenciados, com o que se obtinha conveniente descentralização nas responsabilidades de execução." (grifos nossos)²⁶

A partir desta data passa a existir uma rede de orientação e fiscalização do ensino no estado do RS com quadros hierarquicamente organizados, e vários órgãos e serviços conexos integram a nova Secretaria da Educação, desvinculada da Saúde em 1937.

Durante o Estado Novo não há mudanças significativas no modelo econômico gaúcho (mais dirigido para o resto do País do que para o mercado interno do próprio estado), mas pouco a pouco este modelo vai dando mostras de esgotar-se. Começa a se acentuar o êxodo rural, já que a entrada de tecnologia no campo, a mecanização da agricultura, a utilização em algumas áreas de terras para plantações ao invés da criação, a concentração da propriedade, implicam na expulsão do homem da zona rural, o que configura o "gaúcho a pé", várias vezes analisado na literatura regional. Assim vão começar a se desenvolver nas cidades as zonas de pobreza, enquanto que o estado também dá mostras de expansão de seus núcleos urbanos e portanto de desenvolvimento de outro tipo de atividade econômica, como as pequenas indústrias e o comércio.

Nacionalmente, lembra O. Lanni que durante a II guerra o Brasil é colocado diante de problemas que poderiam ser configurados como uma "economia de guerra" e que levam o estado a atuar mais incisivamente. É justamente este contexto que vai colocar

"Novas exigências de 'racionalização' dos meios e técnicas de coleta de dados, sistematização, análise e decisão sobre os problemas da política econômica e administração."²⁷

E daí surge a figura do assessor técnico que crescerá nos anos seguintes e também representaria uma nova forma de ascensão para as camadas médias. O planejamento passa a ser considerado indispensável para equacionamento dos problemas econômicos e políticos do estado e esta tendência, com sua marca técnico-científica, se desenvolve e se amplia fortemente nas décadas seguintes.

Nota-se no Estado Novo um aumento muito expressivo do setor burocrático-administrativo, o que representa o crescimento em termos acentuados do funcionalismo público (tendência que aparecia desde os anos 30 e que fazia com que parte da classe média passasse a ter governo como patrão).

Como não poderia deixar de ocorrer, a tendência de novos "padrões de eficiência", também aparece no setor educacional. Planos, organogramas, quadros que reorganizam e hierarquizam atividades docentes, de orientação e controle passam agora a ser construídos nas instituições administrativas e escolares.

"Afastar a escola do empirismo" buscando apoio em princípios científicos e de racionalidade são metas dos dirigentes educacionais. Entendendo que até então houvera pouca atenção aos aspectos técnicos do ensino e que os progressos haviam sido construídos por iniciativas individuais, os órgãos de administração educacional passam a se preocupar em coordenar e dar diretrizes para as atividades de ensino.

Dentro deste espírito é que são feitas as alterações nos cursos de formação de professores em todo o País, em 1939. A Escola Normal de Porto Alegre passa a se chamar Instituto de Educação (título generalizado para o Brasil) e acrescenta o nome "Gen. Flores da Cunha", homenageando o ex-governador pelo apoio que dera à instituição.

Como finalidades do Instituto de Educação ficam a formação de professores primários e professores especializados em Música, Desenho e Artes Aplicadas; bem como a formação de administradores de ensino (que incluem orientadores) e o aperfeiçoamento de membros do magistério do estado.

Tendo o Instituto de Educação como centro, o estado estimula os cursos de aperfeiçoamento e especialização nas novas técnicas, e incentivava que os outros cursos normais também seguissem a linha escolanovista.

Tudo faz parte da idéia de que se está ingressando numa nova etapa, que pretendia significar mudança profunda, tanto a nível educacional, como político, econômico e social.

Mas se as modificações econômicas e políticas foram conjuntas e não alteraram significativamente o modo de produção capitalista, nem os detentores dos meios de produção; se a sociedade ainda se manteve com a tradicional divisão de trabalho e de poder que antes havia, e o País permaneceu dependente do exterior, como as mudanças poderiam ser mesmo profundas?

Ampliara-se sem dúvida a escola brasileira, caíra a taxa de analfabetismo no País e os professores eram agora mais qualificados, mas a concepção filosófica que alimentava o fazer escolar era a mesma - a do humanismo pedagógico. A preocupação ainda era com a formação do indivíduo e mantinha-se a idéia de que através dele e de sua educação poderia se transformar a sociedade.

A liderança é que agora havia uma recomposição da burguesia em relação à escola, ou seja, se esta era extensiva a todos (oficialmente) aparecia nesta fase uma atenção maior para a formação das "elites condutoras" (o que se evidenciará na legislação sobre o ensino secundário).

Note-se que o RS até 30 estava mal colocado em relação ao restante do País no que se referia este nível de ensino. A partir dessa fase são estimuladas as iniciativas neste sentido, mas até a década de 40 a maioria dos estabelecimentos secundários do estado é particular e confessional - de origem católica ou evangélica.

A nova tendência pedagógica também não chegava a ser hegemônica nesta época no País. Continuavam os debates entre tradicionalistas e escolanovistas, e alguns autores, como Vanilda Paiva, chegam a afirmar que durante o Estado Novo houve um certo refluxo do movimento renovador.²⁸

O que parece ser provável é que este novo movimento penetrava nos grandes centros urbanos e encontrava condições de funcionamento em determinadas instituições escolares (aquelas em que só as categorias mais privilegiadas podiam frequentar), enquanto que a maioria das escolas mantinham-se dentro do modelo tradicional. (Note-se que sempre foi heterogêneo e desigual o avanço - tanto teórico como material - da educação nas diferentes regiões e áreas brasileiras).

Mas o que é importante no caso é o tipo de concepção que se tem na época da escola em relação ao conjunto da sociedade (o que é mais ou menos semelhante em ambas as posições) e, mais especialmente, como se percebe a relação entre educação e política.

Parece que a utilização política que se faz da educação é agora um pouco diversa da primeira república - quando a alfabetização era vista como um instrumento para os grupos urbanos emergentes ampliarem suas bases eleitorais e seu poder. O objetivo agora - dentro de um estado autoritário e que pretende de modo centralizado promover a modernização do País - é usar a força da escola para doutrinar, ou seja, conquistar as massas para seus quadros. Por isso, pela Constituição de 37, a educação moral e cívica passa a ser obrigatória, bem como a educação física. Esta constituição também atenta para o "ensino pré-vocacional e profissional, 'destinado às classes menos favorecidas', considerado como 'o primeiro dever do Estado', a ser cumprido com a colaboração das indústrias e sindicatos econômicos".²⁹

Assim também a educação daria sua contribuição na solução da "questão social". Desenvolvia-se a preocupação com educação rural e com capacitação técnica no meio urbano, o que era uma tentativa de evitar os inabilitados, que engrossariam o contingente de desempregados e seriam alvos para "agitadores" e "comunistas".

Junto com a preocupação de capacitação de mão-de-obra pela educação, se ampliam os mecanismos de regulamentação do trabalho, cria-se a legislação trabalhista e vários novos órgãos referentes a esta área.

Não há dúvida que grandes avanços são conseguidos pelos trabalhadores, mas isso não se faz sem que se construam também mecanismos de controle de suas atividades políticas. De todo modo as relações entre os trabalhadores e o governo são mescladas de um sentimento paternalista, o que pouco a pouco vai construir para Vargas a figura de Pai dos Pobres.

Devemos então notar que ao lado do aspecto positivo das conquistas há uma face oculta, como também precisamos perceber que a preocupação com uma educação técnica para as classes subalter

nas traz dentro de si a idéia de manter a divisão de trabalho e de classe. Recomenda-se tipos de educação diferentes para grupos sociais diferentes, o que em síntese significa a manutenção do "status quo".

Não poderíamos falar do Estado Novo sem destacar o nacionalismo, uma de suas mais importantes marcas e que também aparece evidente na constituição de 37. O nacionalismo tanto econômico como político passa a ser um elemento fundamental dos projetos do governo.

Lembra Ianni um aspecto importante do contexto político da época, ou seja, que o projeto de capitalismo nacional surgia num momento em que o Brasil se vinculava mais aos Estados Unidos (entrando na guerra alinhado com este) após um período de oscilação entre os dois grupos, e a hegemonia da nação norte-americana passava a se expandir em todas as áreas.³⁰

Esta preocupação nacionalista, projetada na educação, tem características bem acentuadas na zona de colonização estrangeira, o que se vê de modo especial no RS. Aí as escolas, na sua maioria particulares e confessionais, ministravam ensino na língua dos colonos (especialmente alemães) e mantinham a cultura de origem destes. O governo central adota então várias medidas proibindo o ensino em outro idioma que não o português e buscando valorizar a cultura nacional. No RS, isso representa uma forte campanha na zona colonial, muitas vezes mesmo violenta. À medida em que o Brasil se integrava cada vez mais à política dos aliados esta posição crescia (sendo em 1946 - após o E.N.- proibidos os jornais de língua estrangeira no País).

O comunismo, que continuava a desempenhar o papel de grande fantasma do País, era outro alvo da educação nacionalista.

O fortalecimento do espírito nacionalista e patriótico é pois meta importante na educação desta fase. A Reforma Capanema do ensino secundário (de 1942) deixa claro estas idéias, seja através de sua exposição de motivos, seja pela regulamentação que faz com referência à educação moral e cívica, à educação física, ao "canto orfeônico de sentido patriótico". Observa-se também o destaque à história e geografia do Brasil (desvinculadas agora de história e geografia geral) e a sugestão que se promovam a organização de instituições escolares que despertem entre os alunos o interesse pelos problemas nacionais.

Ainda por outras razões o decreto-lei de Capanema é merecedor de destaque num estudo de história da educação: sua concepção do ensino secundário. Em sua exposição de motivos lemos:

"O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, (...) e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. (...) É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais

que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo."³¹

É cristalina aqui a idéia de que o ensino secundário não é para todos, ele é, isto sim, visto como destinado a uma elite que, por mais preparada, deveria conduzir o restante da sociedade.³² O caráter elitista do texto é reforçado em outros momentos, onde se fala em "individualidades esclarecidas de sua missão social e patriótica", ou "individualidades dirigentes".

É curioso que o decreto diz que a comunidade escolar deve buscar contato com as atividades exteriores, mas que tal deverá ser feito dentro de limites de modo a "assegurar-lhe a distância e a isenção exigidas pela obra educativa".³³

Parece se notar aqui uma tentativa de combinar a orientação pedagógica escolanovista (presente de modo mais claro em outros momentos do texto), com os cuidados de um estado autoritário, que sempre teme o questionamento.

Esta reforma de ensino tem ainda outra característica marcante: a distinção de um ensino secundário feminino. Representava assim um retrocesso no processo de co-educação dos sexos, pois não só recomendava que as mulheres estudassem em estabelecimentos exclusivamente femininos, como dizia que onde o colégio fosse misto as classes deveriam ser separadas.

Mas o ano de 1942 - data da Reforma Capanema - pode ser entendido também como o começo do declínio do Estado Novo.

Em 1942 o Brasil declara guerra à Alemanha e envia para a Europa a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Essa posição, aclamada pela maioria da sociedade, iria colocar a nu a contradição entre a política externa e interna do Estado Novo. Enquanto lutavam pela democracia no estrangeiro, os brasileiros tinham dentro do País um regime autoritário, e essa contradição foi denunciada de diversos modos, inclusive furando a censura do DIP.

Vargas percebe a movimentação e busca imediatamente engajar-se no processo de redemocratização, liberando a organização dos partidos, decretando anistia para presos políticos e fixando data para eleições em dezembro de 1945.

É nesta conjuntura que vão se estruturar os principais partidos políticos que dominarão o cenário brasileiro até 1964: o PSD, o PTB e a UDN. Mas antes de se realizarem as eleições, Vargas é deposto (29/outubro/45), terminando o período ditatorial de seu governo.

Este período autoritário certamente teria deixado marcas em termos de comportamento social. As escolas, que haviam passado os últimos anos preocupadas com obediência estrita ao governo, com civismo, nacionalismo e exaltação ao Estado Novo, teriam alguma dificuldade em desvestir este modelo.

CAPÍTULO 3

Alguma democracia (De 1945 a 1964)

Revitalização da Vida Brasileira

Entre 1946 e 1964 o Brasil experimenta uma certa oxigenação de sua sociedade civil e este é, em consequência, um período em que se movimentam muito mais os partidos, os sindicatos e as diferentes organizações civis. Debate-se desde as opções econômicas até as diretrizes educacionais para o País. Amplia-se o setor industrial e urbano.

Com Dutra começa-se a aplicar o que se convencionou chamar de modelo econômico de "substituição de importações", e é dentro deste modelo que o Brasil caminha desde o fim do Estado Novo até os primeiros anos da década de 60.

O RS via esgotar-se seu modelo econômico baseado na agropecuária e na indústria a ela vinculada, com caráter dependente e periférico na economia nacional.

Nesta época o estado gaúcho vive uma fase de crescente urbanização, com uma extensa rede de núcleos urbanos de pequeno porte e crescimento populacional em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria. Então o estado começa a se voltar para a industrialização e para a ampliação de seu mercado interno.

Nos discursos do governador aparece a idéia de melhor qualificação da força de trabalho, o que sempre vem ligado com o desenvolvimento do capitalismo - daí a implementação de escolas profissionais. Na concepção dos grupos dominantes deveria ser "elevado o nível das populações" o que significaria melhores condições da população produzir (por estar mais qualificada tecnicamente) e consumir (pela melhoria de suas próprias condições de vida). A contradição inerente à educação escolar numa sociedade capitalista (que junto com esta qualificação técnica traz a ampliação dos horizontes dos educandos e a possibilidade de desenvolvimento de sua consciência crítica) não chega a ser discutida, ou talvez não é ainda ameaça percebida pelos dominantes.

No RS, observava-se também nesta época um crescimento da renda interna, mas com distribuição profundamente desigual, e acentuavam-se alguns problemas sociais como êxodo rural, aumento das zonas de pobreza nas cidades, desemprego, carência de transportes, de energia elétrica e de outros elementos de infraestrutura urbana.

As cidades em geral e de modo especial Porto Alegre passam a absorver maiores contingentes de pessoas. Há preocupação em integrar as novas levas de população à vida produtiva. Isso inquieta os grupos dirigentes.

Entre essas preocupações está o atendimento escolar, o que se referirá na formação de professores, uma vez que o estado gaúcho continuava contratando professores leigos, bem como buscava com a supermatrícula das escolas primárias (com turnos reduzidos) atender à crescente demanda.

Em 1946 decreta-se nacionalmente a Lei Orgânica do Ensino Normal (decreto-lei nº 8530 de 2/1/46) que objetiva garantir uma certa unidade na formação de professores em todo País.

Esta lei estabelecia um currículo mínimo e uma nova organização (que supunha dois níveis de curso) buscando atender às diferenças regionais e às de zonas com características peculiares (como as zonas agrícolas ou do litoral).

Aparecem então no RS as escolas normais regionais, além de continuarem atuando as demais escolas normais com currículo de 3 anos.

O psicologismo se acentua nas propostas e práticas pedagógicas desta época.

O Instituto de Educação é adaptado à lei federal em novembro de 1946, e se colocava assim como um centro educacional que procurava estar o mais próximo possível das novas diretrizes psicopedagógicas, aparelhando-se com métodos e recursos modernos. Por isso também a Escola Experimental do Instituto de Educação (maternal, jardim e primário) passava a ser o posto mais alto que um professor primário poderia aspirar dentro da carreira de magistério do estado gaúcho.

Em 1951 inicia-se no RS o novo governo de Ernesto Dornelles, do PTB, dentro da praxe gaúcha de constante vitória das oposições. (Observa-se a alternância sistemática entre os partidos no RS - PTB-PSD - até 1964 quando os governadores passam a ser indiretamente indicados). A nível nacional voltava Vargas ao poder, eleito como presidente para o período 1951/55. Esse novo período governamental, profundamente agitado e pleno de polêmicas, terminaria de modo dramático com o seu suicídio, em agosto de 54.

O estado gaúcho desenvolve então o seu setor industrial, (as indústrias que se destacam são as ligadas ao setor de alimentos, têxtil, calçados e fumo). A tendência é de aceitar a entrada de capital estrangeiro no RS, embora com diferenças de concepções

entre os dois principais partidos e entre suas alas internas.

No setor agrário, o estado despontava para um tipo de produção mais empresarial, com métodos modernos e mais racionais. É Ianni quem faz o destaque da posição gaúcha neste setor de produção, indicando que especialmente o plantio de arroz ali desenvolveu demonstrava o início do capitalismo no campo.³⁴

Essa modernização da produção agrícola, com a introdução de técnicas capitalistas no campo, vai se combinar com o desenvolvimento da urbanização e a industrialização crescente, bem como com a multiplicação dos meios de comunicação, resultando desse conjunto um movimento migratório em direção às cidades, onde as condições de vida pareciam ser melhores. É essa situação (que acontecia não só no Rio Grande mas em todo o País) que cria no proletariado urbano brasileiro uma consciência de massa (onde a mobilidade social dá o tom), mais do que uma consciência de classe.

A agitação que caracterizou esta fase e a própria alternância dos partidos políticos no governo do RS, permitem que se entenda porque, na condução oficial da educação no estado, esse se tenha revelado como um período de uma "certa descontinuidade" - no dizer de Coelho de Souza. De fato, do fim do Estado Novo (1945) até início da década de 60, pela Secretaria de Educação e Cultura gaúcha passaram treze secretários, o que acarretou provavelmente dificuldades para fortalecer as decisões tomadas em cada gestão.

Como problema permanente em todo período se coloca o analfabetismo, que é alvo de todas as administrações, mas que sempre tem obstáculos na carência de recursos materiais e humanos.

Em fins de 1949,

"como solução de emergência recorre-se à supermatrícula nas escolas primárias, com a utilização intensiva dos pré-dígitos escolares, em 2 e 3 períodos, cotidianos de trabalho."³⁵

Nesta mesma linha emergencial continua-se contratando professores leigos para atuarem em escolas de difícil acesso. O CPOE, órgão que surgiu em 1942, ligado ao Departamento de Educação Primária e Normal da SEC/RS, organiza cursos periódicos para os professores em exercício (de modo especial os contratados em regime de emergência).

Tanto a nível da política nacional como regional (gaúcha), o período pode ser caracterizado como de populismo. Utiliza-se uma política de massas, ou seja, o proletariado e os assalariados de modo geral são usados pelos governos como força política.

A educação é um dos benefícios sociais apresentados aos assalariados como fator fundamental de mobilidade social. Difunde-se a idéia de que com esforço e dedicação o filho do trabalhador poderá "subir na vida" e consequentemente ter melhores condições de existência que seus pais. Essa trajetória, possível de ocorrer em termos individuais, é claro, dificulta que se

pense a transformação da condição da classe em termos coletivos (sociais).

Quanto à participação das mulheres na produção nesta época, ela aumentara nas atividades terciárias, e um número expressivo atuava como professora primária, mas a grande maioria ainda permanecia ligada às atividades domésticas não remuneradas.

Este aumento no setor terciário geralmente exigia estudos secundários, e por isso também crescia a presença feminina neste nível de ensino. Os cursos normais se consolidavam como escolas para mulheres. Importante que notemos que apenas na década de 40 estes cursos se abriram para o ensino superior. Em 1939, pela primeira vez se admitiu o ingresso de normalistas em certos cursos da Faculdade de Filosofia (como pedagogia, letras, geografia e história) e somente em 1946 (pelo decreto 8530) é que essa matrícula se estendeu a todos os demais cursos das Faculdades de Filosofia. Portanto podemos dizer que somente a partir da década de 50 é que se passa a pôr às normalistas uma possibilidade mais efetiva e um estímulo à continuação dos estudos em nível superior.

Com este quadro é consequente supor que só depois desta data o número de mulheres nas faculdades pode aumentar.

No momento que estamos analisando a liderança carismática de Getúlio Vargas é intensamente mobilizadora em todo Brasil e de modo especial no estado gaúcho. Mas as divergências entre os diferentes projetos de desenvolvimento econômico para o país (capitalismo nacional independente, capitalismo associado, ou socialismo) chegam a níveis extremos em 1954.

A morte trágica de Vargas converte-o em herói e vítima e é profundamente sentida por grandes parcelas da população, de maneira especial no RS.

Segue-se um período de instabilidade, assumindo o vice-presidente Café Filho, que tinha apoio da UDN. Contudo a próxima eleição vai colocar no poder Juscelino Kubitschek de Oliveira, candidato do PTB-PSD, derrotando fortemente o candidato udenista, que representava o antigetulismo.

Com Juscelino o País entrava mais claramente na fase desenvolvimentista.

Planos, Metas e Reformas

Os anos do período JK até a queda de Jango (1964) são recordados usualmente como a fase mais democrática da república brasileira. Foi um período de realizações econômicas e polêmicas políticas, de maior participação da sociedade civil, de revitalização da vida cultural brasileira e mesmo de discussões especificamente educacionais. Anos de modernização acelerada, mas que resultaram em altos custos sociais.

Embora viva nesta época grandes oscilações econômicas, o RS não escapa da ideologia de otimismo que marca o período JK, e o estado gaúcho participa ativamente dos debates políticos e educacionais.

Em algumas escolas gaúchas observa-se bem claramente reflexos das transformações que se dão na sociedade mais ampla. Modificam-se currículos, estabelecem-se novos planos e propostas, recebem-se visitantes estrangeiros, redefinem-se objetivos, em consonância com a fase que o País vivia.

A partir desta época acredita-se na industrialização intensiva como o caminho para o desenvolvimento do País e é facilitada a entrada de capitais estrangeiros.

Podemos dizer que estes procedimentos têm sua correspondência a nível superestrutural na ideologia do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) que nesta fase afirmava a necessidade de modernização da sociedade brasileira como base para seu desenvolvimento. Esta modernização seria promovida fundamentalmente pelo estado, o qual deveria ser controlado pelas "elites esclarecidas" (empresários industriais e intelectuais).³⁶

Segundo o modelo isebiano, o desenvolvimento deveria significar apoio ao capital privado nacional e estrangeiro.

Tudo isso se combina também com a consolidação da hegemonia norte-americana no ocidente, especialmente nos países latino-americanos. Lembra Ianni que após o sucesso do Plano Marshall de recuperação da Europa, os EUA precisavam encontrar outras áreas para investimentos na sua expansão capitalista. Neste sentido é que o Ponto Quatro do Programa do presidente Truman se dirige às áreas e nações subdesenvolvidas. Neste programa, o presidente fala em levar a estas áreas as vantagens do avanço científico e progresso industrial³⁷ e tecnológico americano, buscando cooperar com estes países.

Neste contexto surge o Programa de Metas do Governo JK que representa a opção do Estado pelo capitalismo associado ou dependente.

O Plano de Metas era amplo, envolvendo energia, transportes, alimentação e indústrias de base. Realmente supunha a transformação do País, e dentro deste quadro a construção de Brasília, uma moderníssima capital no meio de uma região praticamente deserta, se constituiria num marco. Era a idéia de fazer 50 anos em 5, que JK prometera.

Tal modernização e entrada de tecnologia suporia a formação de pessoal técnico especializado, treinamento em novas atividades e, enfim, ampliação da escolaridade. Assim, desta década em diante a entrada de assessores americanos e viagens de treinamento de brasileiros ao exterior (EUA especialmente) são muito desenvolvidas.

No RS, Ildo Meneghetti, que era prefeito de Porto Alegre, foi eleito governador, assumindo em janeiro de 55. Ele represen-

ta uma "frente democrática" (PSD, UDN e PL) contra o PTB.

O RS não vive neste período uma fase econômica positiva. Ao contrário, entre 1957 e 59 há profunda crise na economia gaúcha, a qual se expande a seguir e novamente refluí depois de 63. Desta crise, diz-se ter como base o setor agropecuário (esgotamento do solo, concentração da propriedade, investimentos inadequados), mas ela também pode ser entendida pela incapacidade do setor industrial de acompanhar os índices de crescimento e diversificação nacionais do mesmo setor.

A industrialização brasileira, centralizada no eixo Rio-São Paulo, exigia recursos de todo o País, chegando mesmo a atrair investimentos gaúchos. Assim, o Rio Grande não tinha condições de realizar a nível estadual um processo semelhante ao que ocorria no centro.

É por isso que se observa nos discursos de Meneghetti o apelo a empréstimos e investimentos estrangeiros para o seu estado. É por isso também que se começa a falar tanto nas **potencialidades** do Rio Grande, em contraste com suas condições efetivas do momento.

De qualquer modo nesta época o nível dos debates nacionais e regionais se modificara. Podemos dizer que até mesmo o RS é agora mais moderno, mais urbano e industrializado. O País projeta-se como um "novo Brasil", numa fase em que o próprio presidente busca difundir para o exterior uma imagem otimista da nação, exatamente para atrair investimentos e simpatias. Prefere-se a expressão de um país "em vias de desenvolvimento" ao invés de subdesenvolvido, criam-se novas necessidades sociais e novos costumes mais "modernos". É a época da bossa nova, na música, do cinema novo, dos projetos ousados da arquitetura, das artes plásticas, etc. Tudo deve ser novo, cheirando a progresso. A influência estrangeira (especialmente norte-americana) é cada vez maior nos setores culturais, na linguagem, nas roupas.

Nesta fase há também um aumento da participação feminina nos diferentes setores econômicos. Proporcionalmente há crescimento da presença da mulher na agricultura pela saída de homens deste setor em direção às atividades urbanas.

O crescimento do setor terciário, principalmente no sul do País, acaba representando uma alternativa profissional para as mulheres e passa a lhes exigir mais estudos. A maioria delas fica ainda apenas com o ginásio, mas há aumento na matrícula feminina dos cursos secundários (clássico, técnico e comercial), e sem dúvida o curso normal continua essencialmente feminino.

Nesta fase pode-se observar que as mulheres já conseguem equivaler numericamente aos homens nos cursos secundários tomados globalmente, embora nas faculdades elas ainda sejam em número muito inferior a eles.

No curso normal são feitas modificações importantes em 1955, pelo decreto 6004, cuja idéia chave é flexibilidade curricular

e regimental, de modo que as escolas melhor possam atender às necessidades das regiões onde se localizam.

Deste período em diante cresce bastante o número de escolas de formação de professores no estado (em 1962 há 165 instituições no RS), buscando acompanhar o aumento também significativo de escolas primárias (especialmente notado após o Plano de Expansão Descentralizada do Ensino Primário, executado a partir de 1959, no governo Brizola, com a colaboração dos municípios).

As escolas de formação de professores são:

"4 institutos de educação (Porto Alegre, Pelotas, Alegrete e Santa Maria); 95 escolas normais de 2º ciclo (20 oficiais e 75 oficializadas); 54 escolas normais regionais (32 oficiais e 22 oficializadas); 11 escolas normais rurais (2 oficiais e 9 oficializadas)."38

A fase de planejamento (da economia, da administração e da educação) que se insinuara anteriormente agora se instala plenamente. Lembra O. Ianni que planejamento e desenvolvimento econômico passaram a ser conceitos associados e bastante difundidos.³⁹ Também na educação planejamento passa a se ligar à eficiência e "produtividade" (um conceito até então pouco usado nas escolas). É uma época de planos, metas e reformas em todas as áreas.

A técnica de planejar é apresentada como neutra, ou seja, pode ser aplicada a qualquer regime econômico, ou, no âmbito da educação, a qualquer conteúdo ou postura pedagógica. (Esta tendência tecnicista na educação que se inicia neste período será comentada mais detalhadamente adiante).

Sem dúvida, o período JK representa um momento de expansão da economia brasileira, com saliência para a indústria, que nesta fase se ampliou e se diversificou. Mas o período marcou também o aumento da situação de dependência econômica do Brasil em relação aos países estrangeiros industrializados (como EUA, Alemanha, Japão) e a atuação das empresas multinacionais no País.

Neste contexto de modernização dentro do processo capitalista estratifica-se mais nitidamente a sociedade brasileira e vão se acentuar as divisões de trabalho e de classe.

Pelo avanço do industrialismo, urbanização e meios de comunicação, crescem as necessidades de escolarização.

A década de 50 vive então, no tocante às diretrizes oficiais para educação, um período de discussão para elaboração de uma nova lei. Na fase que agora se analisa (1956-61) essas discussões são intensificadas sob forma de forte polêmica, a qual vai desaguar na Lei 4024 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de dezembro de 1961.

A polêmica que envolve educadores defensores da escola pública contra os defensores do ensino privado mobiliza a sociedade, por sua divulgação através de jornais e outros meios de comunicação, e pelos interesses nela envolvidos.

Conforme analisa E. Buffa⁴⁰ é um conflito que coloca de um lado a Igreja Católica e os donos das escolas particulares, em defesa do ensino privado; e de outro, os educadores liberais, em defesa da escola pública. Falam ambos em liberdade de ensino, mas entendem-na de modo diferente. Para os primeiros, liberdade de ensino significa o indivíduo poder escolher o tipo de escola que quer frequentar e, apoiando-se na doutrina católica, acusam os defensores da escola pública de pregarem uma educação materialista, posta exclusivamente nas mãos do estado e que seria um caminho para o marxismo e para um regime totalitário. De outro lado, juntam-se educadores de diferentes concepções, que Buffa percebe como de três grupos: 1) os **liberais-pragmatistas** (com destaque para a figura de Anísio Teixeira) da linha escola novista e que acreditam que a educação deve adaptar o indivíduo à realidade social; 2) os **liberais-idealistas**, que afirmam que a "educação deve ter por objetivo supremo a afirmação da individualidade, da originalidade, da autonomia ética do indivíduo"; 3) **pensadores de tendência socialista** (como Florestan Fernandes) que "defendem a escola pública na medida em que somente esta pode se configurar como um instrumento eficaz na superação do subdesenvolvimento político, econômico, social e cultural em que vivem os brasileiros".⁴¹

O debate é bastante amplo, iniciando-se no Congresso Nacional e se estendendo pela imprensa. No RS ele também se dá de modo bem explícito, tendo de um lado D. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre e outros religiosos gaúchos, e de outro, defendendo especialmente Anísio Teixeira, a Faculdade de Filosofia da UFRGS.

Na verdade o que se discute, nacionalmente, são investimentos privados na educação, como empresa, e se usa o argumento religioso como uma "embalagem" para essa defesa. Lembra Buffa que os defensores da escola particular "inventam" um inimigo que não existe - o comunismo, quando na verdade o grupo a que se opunham não pregava em absoluto a superação da ordem capitalista por um outro regime, era apenas identificado com uma etapa mais moderna do capitalismo. De outra parte, este grupo liberal discute voltado para o passado, atribuindo aos seus opositores um domínio sobre a sociedade que de certo modo eles já não possuíam (sendo substituído pelos próprios liberais). Assim este é um choque entre dois setores da classe dominante brasileira, no qual os pensadores socialistas vão entrar para apoiar o grupo que lhes parece acelerar a modernização da sociedade.

Por fim a lei aprovada representa uma conciliação; embora assegure algumas vantagens para os tradicionais, como recursos do estado para o ensino privado. A lei também indica que ao governo federal caberá determinar as metas educacionais a serem alcançadas, mas transfere para os estados e municípios a organização e execução, ficando ao setor federal o papel de suplementação das deficiências regionais.

Como podemos observar, o debate educacional se vincula às condições infraestruturais da sociedade brasileira neste momento histórico. Com um modo de produção capitalista, no qual for-

ças modernizadoras se chocam com forças tradicionais, o País vê refletir-se este choque na superestrutura educacional.

As discussões sobre educação foram então nesta fase bastante renhidas e dentro dos debates apareceram alguns dos problemas crônicos do País na área, como o analfabetismo e a educação de adultos.

Já destacamos aqui que esquematicamente se poderia falar no Brasil de educadores ligados a uma visão tradicional e educadores liberais (escolanovistas). Mas não podemos cair numa simplificação de supor que apenas estas duas tendências pedagógicas coexistissem e se encontrassem de modo "puro". Novas linhas de pensamento se mesclavam, seja por influência de um cristianismo novo (mais voltado para os pobres), seja por influência do ISEB (que abrigava diferentes tendências discutindo o desenvolvimento do País). Estas novas linhas de pensamento de modo geral vão se voltar para a educação do povo, e tanto a nível governamental, como a partir da iniciativa de diferentes grupos, há uma preocupação com a educação de adultos, educação de base (alfabetização), e valorização da cultura popular. São muitas as campanhas que se desenvolvem desde o final dos anos 50, e em várias delas é possível perceber, como veículo para o processo educativo, o uso de tecnologias e métodos novos. Esta é uma das formas em que se pode notar o avanço de tecnicismo na educação - pelo uso de programas de rádio, pelo ensino à distância com textos e monitores e pela grande confiança no planejamento. (O tecnicismo como nova corrente pedagógica dava seus primeiros passos no Brasil). Por outro lado, nesta época surgem os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCP), além do Movimento de Educação de Base (MEB - criado no governo Jânio), onde a preocupação maior era com a preservação e divulgação da cultura popular nacional, conscientizando o povo de sua importância na busca da transformação da sociedade brasileira. E, nestes movimentos, o espontâneo e o improvisado era bastante frequente, o que de algum modo pode ser ligado à corrente não diretiva da escola nova.

Todos estes grupos atuam nos primeiros anos da década de 60 (em todo o País, incluindo o RS) e deles participam jovens universitários, pessoas ligadas à nova tendência da Igreja Católica (a chamada esquerda cristã), socialistas e liberais. Sem dúvida, dentro deste movimento é de destacar-se o surgimento do método Paulo Freire para educação de adultos, onde além da alfabetização há uma proposta de conscientização e promoção do homem, levando-o a refletir sobre a sociedade. Após algumas experiências no Nordeste, o método começa a se espalhar por todo o País e são tomadas medidas iniciais a nível de Ministério da Educação para que ele seja utilizado de forma extensiva em todo território nacional (mas o golpe de 64 interrompe o processo).

Durante o período que aqui se focaliza, no RS Leonel Brizola substituiu como governador Aílto Meneghetti e em seu governo (1959-1962) há uma intensa campanha de ampliação da rede escolar (o Plano de Expansão Descentralizada do Ensino Primário, já referido). Numerosas escolas de construção extremamente simples

são espalhadas por todo território riograndense com objetivo de atingir os setores mais carentes da população.

Brizola lidera a ala mais radical do PTB gaúcho que compromete-se com a defesa do desenvolvimento nacional independente, e que era vista como socialista.

Enquanto isso, a nível nacional, cada vez mais se acentua o descompasso criado pelo governo JK - uma política econômica que tentava juntar o desenvolvimento nacionalista com o capitalismo associado, e suas facilidades para a entrada do capital estrangeiro.

Janio Quadros, o presidente que substituiu JK, pretende seguir uma linha de independência, especialmente na política externa. Ele mesmo não se considera comprometido com nenhum grupo, e no poder, adota um comportamento que combina gestos conservadores com gestos progressistas, de modo profundamente personalista. Fortemente criticado e sem condições de conter a inflação, acreditando ter um grande apoio popular, renuncia dramaticamente em agosto de 61, após poucos meses de governo, talvez esperando ser reconduzido com amplos poderes, o que não ocorre.

Deve assumir então seu vice-presidente - João Goulart (do PTB), herdeiro político de Getúlio, e que se encontrava em visita à China Comunista. Jango era visto como simpatizante dos regimes de esquerda e portanto como um perigo; por isso os ministros militares, interpretando os grupos mais conservadores do exército e da política nacional, buscam impedir sua posse. Esta situação dá ensejo ao movimento da "Legalidade", liderado por Brizola, no RS, e apoiado pelo comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre.

A crise é contornada pela votação de uma emenda constitucional em caráter de emergência que estabelece o parlamentarismo no Brasil. Assim Jango toma posse, mas evidentemente os problemas e as forças políticas continuam se contrapondo, mesmo após o plebiscito de janeiro de 63 que recoloca o regime presidencial.

A tendência é que se acentuem as contradições da sociedade brasileira: as contradições entre as classes sociais, contradições entre os diferentes projetos para o desenvolvimento do País e mesmo entre os poderes do governo.

Em todo o período de Jango há um crescendo na politização das massas urbanas e também rurais (as Ligas Camponesas). São frequentes as campanhas salariais (o que dificulta a política anti-inflacionária prevista) e é intensa a luta por reformas de base. Estas reformas de base (modificações importantes no setor agrário, tributário, educacional, urbano, etc.) representam o aprofundamento das exigências dos grupos de esquerda e camadas populares.

Como se delineava já no tempo de Getúlio, agora mais claramente é possível identificar três estratégias políticas para o desenvolvimento do País: a de um capitalismo nacional independente (o que era defendido principalmente pela pequena burguesia

sia industrial e parte da grande burguesia que aspirava proteção alfandegária); o capitalismo dependente ou associado (o que era apoiado pelo setor agrário exportador, grandes industriais e banqueiros) e o socialismo (aspirado pelas esquerdas e setores populares que viam na estatização das empresas e nacionalização de diferentes setores da vida do País, um caminho para tal).

Nas lideranças políticas gaúcha podemos encontrar obviamente representantes das três tendências, mas é de destacar, em 64, Leonel Brizola (que deixara o governo estadual e era agora deputado federal pela Guanabara) como uma figura que busca "puxar" Jango cada vez mais para as reformas de base e para o grupo socialista; enquanto que o novo governador do estado, Ildo Meneghetti (novamente eleito) irá se manifestar de acordo com os grupos conservadores (PSD, juntamente com a UDN e PL riograndenses) contrários a Jango e favoráveis à opção do capitalismo associado.

Embora Jango tivesse hesitado em vários momentos, aos poucos ele começou a mostrar sua adesão aos grupos que desejavam acelerar as reformas. A conspiração para derrubá-lo, que então já se armava entre os setores conservadores civis e militares, resultou no golpe de 19/4/64. Em termos de política econômica isso significava a vitória do capitalismo associado. A mudança representava também a ascensão da grande burguesia nacional (aliada à burguesia internacional) e dava início a um período de fechamento político-institucional. As consequências deste fechamento para o setor educacional seriam profundas.

CAPÍTULO 4

O Fechamento e a Prática Educacional entre 1964- 71.

A prática educacional pós 64 é controlada e avaliada como nunca fora antes. Apoia-se em modelos e sistemas, e segundo a linguagem da época deve ser "produtiva" e "eficiente". É controlada também no sentido ideológico, sendo vigiada para que idéias "subversivas" não se infiltrem nas escolas e não desviem os jovens dos caminhos que a nova ordem política considera corretos.

A nova ordem se instaura em 1/4/64, pela derrubada do governo de Goulart. Mas o golpe político-militar não surgiu de súbito e sem nenhuma correspondência com setores da sociedade. Era possível perceber sua gestação há algum tempo.

Em 15/4/64, é empossado o Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco como o 1º presidente do ciclo "revolucionário", eleito indiretamente pelo Congresso (que já tinha muitos de seus elementos cassados).

O golpe tem respaldo nas camadas médias e burguesas da sociedade, assustadas com o avanço dos setores populares e com possíveis perdas que a tendência política do governo de Jango poderia lhes trazer. E estes setores tem como porta-vozes de seus receios os militares, que sempre desempenharam posições importantes na política brasileira.

Embora no momento do golpe pudesse parecer a Brizola e a Jango que o III Exército sediado no RS os apoiaria, tal não aconteceu, não houve a esperada resistência sulina e o governador Ildo Meneghetti (opositor dos líderes petebistas) teve, ao contrário, uma posição mais confortável em relação ao governo federal.

A opção tomada a partir daí para o País era do desenvolvimento do capitalismo associado ou "interdependente". Assim era mantida a linha econômica, mas rompia-se com a tendência política nacionalista, assumindo-se portanto um dos projetos de desenvolvimento em debate no Brasil, aquele que favorecia mais os interesses da burguesia nacional (e internacional).

Acentua-se daí por diante a importância do setor industrial

e urbano, e o governo procura dar condições à expansão da empresa privada nacional e estrangeira.

Como instrumento privilegiado para as decisões econômicas se enfatiza o planejamento, já que através dele se poderia aumentar a eficácia e a racionalização da política econômica.

Esses conceitos - racionalização, eficácia - passam então a dominar não só a área econômica e política, como outros setores da administração, e também a educação.

A tendência de planejamento e controle, que se anunciara em outros momentos, implanta-se definitivamente na educação brasileira.

Na área educacional também se espera eficiência e eficácia, pois as falhas do sistema de ensino do País (evasão, repetência, preparação inadequada para o mercado de trabalho, etc.) são vistas como responsáveis em grande parte pelo atraso brasileiro. Isso se acentua na medida em que o processo de desenvolvimento capitalista passa a exigir elementos mais qualificados para operar com as novas tecnologias das empresas. Por tudo isso é meta do governo a reformulação e modernização da área educacional. Desenvolve-se assim a corrente pedagógica que Saviani denomina de "tecnicismo" e que representa a utilização da tecnologia educacional, apoiada na teoria geral de sistemas e na teoria do capital humano.⁴²

Também aqui não se pode concluir que tal tendência nasça pronta em 64. Ela é resultado de uma "gestação" que já se vislumbra desde o período getuliano, quando as técnicas de planejamento e controle começaram a se introduzir na educação. É ainda resultado de um desenvolvimento teórico que se dava fora do Brasil, partindo da teoria geral da administração, teoria comportamentalista e teoria geral dos sistemas, sempre numa busca de maior racionalização e produtividade.

É claro que estas idéias têm agora um contexto político institucional muito adequado para se desenvolverem. Interessa aos governos "revolucionários" aumentar a produtividade do setor, e todo sistema governamental está empenhado em racionalização - o que supõe também determinação do produto a ser alcançado, e controle. Toda a orientação pedagógica que surge em decorrência desse conjunto teórico supõe qualificação do indivíduo para atuar no mercado de trabalho, promovendo seu desenvolvimento individual e consequentemente o desenvolvimento social (numa concepção que vê a sociedade de modo harmônico, sem conflitos). Por tudo isso, fica mais explícito o apoio que essa tendência pedagógica passa a ter dos órgãos governamentais.

Como ocorrera também na época da Escola Nova, os educadores engajados na tendência tecnicista parecem entender que os instrumentos empregados são neutros, ou seja, não trazem em si mesmo qualquer posicionamento político. E se na escola tradicional a ênfase tinha sido o professor, e na escola nova fora o aluno, agora são os meios e recursos de ensino que tem a prioridade. Há uma preocupação em elaborar "programas" de ensino, seja através

de material escrito (instruções programadas, estudos de fichas sequenciadas, etc.), seja através de meios audio-visuais (gravadores, "slides", filmes, TV, rádio e outros). O material programado origina-se sempre do diagnóstico de uma necessidade; são determinados os objetivos específicos que se pretende alcançar; o conteúdo é selecionado, considerando-se a população-alvo; a seguir ele é dividido em pequenas etapas sequenciais; é prevista a avaliação e a realimentação ("feed back"). Há uma preocupação com a quantificação, clareza e precisão dos objetivos e da avaliação, numa nítida influência da matemática (disciplina que tem agora mais realce), bem como evidenciando o desejo de obter o maior controle possível sobre todo o processo, numa tentativa de prever e moldar o comportamento dos alunos.

No desenvolvimento desta tendência pedagógica, frequentemente o planejamento do ensino e mesmo a programação dos materiais instrucionais é feita em gabinetes, por equipes especializadas, sejam ligadas aos órgãos educacionais governamentais, ou aos da própria escola, mas que deixam ao professor apenas o papel de executor dos programas.

Com tais características, mesmo que fosse possível admitir a neutralidade dos instrumentos, não podemos negar que eles se ajustam muito bem aos propósitos de centralização das decisões e determinação do produto. Essa prática educacional contribuía também para emperrar a politização dos alunos, por evitar a discussão, a crítica e a discordância (o que ainda mais se acentuava nas técnicas de ensino individualizadas, muito usadas nesta época).

A tecnologia educacional desenvolveu-se então pelos grandes centros do País, tendo como um dos principais focos irradiadores o RS. No estado gaúcho equipes de especialistas em educação, comunicação e áreas afins, organizaram materiais e cursos programados que se espalhariam pelo Brasil, principalmente na década de 70.

Se o RS é um dos principais centros difusores de tecnologia educacional é razoável supor que as escolas gaúchas passem a empregar esta nova orientação em suas classes. Mas, do mesmo modo que ocorre com o escolanovismo, também a tecnologia educacional é mais aplicável em escolas que dispõem de alguns recursos e são frequentadas pelas camadas médias.

Embora com oposições em muitos aspectos, nesta época juntam-se as orientações tecnicistas com as da corrente não diretivista. De certo modo, o não diretivismo é a opção pedagógica daqueles professores que resistem ao tecnicismo; mas na prática esta reação não chega a se contrapor de modo muito eficiente à tecnologia educacional. A liberdade que a corrente não diretiva proclamava acabava se exercendo apenas no âmbito formal, pois as idéias discutidas tinham como pano de fundo uma poderosa censura que já se instalara em cada um dos próprios alunos e professores. Por isso geralmente os temas discutidos eram muito mais existenciais, pessoais ou escolares (no restrito âmbito da sala de aula) do que políticos ou sociais.

Em 1966 realiza-se em Porto Alegre a 2a. Conferência Nacional de Educação, tendo como tema o desenvolvimento do ensino primário.

Percebe-se que uma visão mais internacional é dada ao problema da educação. Como mencionamos anteriormente, já desde o período de JK os vínculos americanos (sob a hegemonia dos EUA) eram cada vez mais fortes. Na década de 60, após a opção política da interdependência, vão se acentuar os contatos e as viagens de treinamento, cursos, estágios de educadores e outros profissionais brasileiros nos EUA. Também é frequente a presença de especialistas americanos no Brasil e no RS, tanto para que os colégios e instituições se mantenham em dia com as novas tendências, como para que tenham suas próprias experiências apreciadas e avaliadas pelos "experts". Muito dessa tendência se explica pelos acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a agência americana (USAID), realizados a partir de 1965.

Esta perspectiva de maior contato com os países americanos (sob a égide dos EUA) pode ser entendida a partir da ideologia da interdependência, contida na doutrina de segurança nacional.

Nesta fase volta-se a viver um intenso fortalecimento do Poder Executivo, com as características de centralização das decisões e autoritarismo. Aos poucos esta tendência aumenta e no final da década (1969 - governo Médici) o poder executivo assume o controle completo sobre os sistemas de informação e decisão.

Uma das idéias justificadas para isso é a de que o Estado tem uma função **educativa**, daí o cuidado do unificar a visão que a população deve ter do País e do novo momento político.

"A função da elite dirigente é educativa por excelência. É ela a de educar indivíduos de formação heterogênea, inculcando-lhes o sentimento de comunidade e do interesse coletivo. À elite dirigente cabe ainda definir os interesses da coletividade já que aos indivíduos faltam condições para identificá-los." (grifos nossos)⁴³

Antes de avançarmos até o final da década, porém, pode ser interessante fazer algumas referências sobre os desdobramentos políticos que se dão no RS após 64. Mesmo no exílio, Jango e Brizola continuaram tendo influência no estado, de modo especial este último, que se manteve como líder de um setor do PTB (até sua extinção em 65) e, posteriormente, de uma das alas oposicionistas.

Em 1965 (pelo AI-2) foram considerados extintos os diversos partidos políticos do País e criados apenas dois a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que representava as forças vitoriosas no poder, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que congregava as oposições.

A sucessão de Meneghetti (em 67) no RS não é tranquila. O estado por sua posição política (além de base dos líderes derrotados, fazia fronteira com o Uruguai onde estes e outros elemen-

tos estavam agora vivendo), era muito visado pelo governo federal. Assim, houve intervenção na própria ARENA e cassações no MDB a fim de assegurar a eleição do Cel. Walter Peracchi Barcellos como governador do RS. Assim Peracchi é eleito para o período de 31/1/67 a 31/1/71.

A prefeitura de Porto Alegre foi outro setor que mereceu cuidados especiais, já que dali também deviam ser desalojados membros do antigo PTB. Ficou então o presidente da Câmara, Célio Marques Fernandes, como prefeito até 68. O País, a partir de 67 tinha novo presidente: o General Costa e Silva.

Estando os cargos executivos gaúchos em mãos confiáveis ao setor federal, o poder legislativo permaneceu como único reduto das oposições. (Embora a oposição gaúcha tivesse também seus próprios problemas internos de liderança).

Os anos de 68 e 69 são anos duros, de muita repressão e numerosos atos institucionais, como o famoso AI-5, e outros, determinando a suspensão de eleições para executivo e legislativo, ou estabelecendo pena de morte para crimes de terrorismo. A esquerda brasileira não tem unidade de ação, melhor seria referir-se a esquerdas; e uma parte dela se lança à contestação armada ao regime, através de atos terroristas. O ano de 68 é ainda marcado por movimentos estudantis de protesto, a nível internacional (França) com repercussão mundial, e também no País.

Em todos estes movimentos a presença feminina é bastante expressiva. Aliás, desde o início da década de 60 grupos de mulheres participavam de lutas pelas reformas de base e de campanhas contra a alta do custo de vida, em contraste com mulheres dos grupos conservadores que auxiliavam na articulação do golpe de 64. Com os desdobramentos políticos que se seguiram ficou evidente a participação feminina nos movimentos de resistência e crítica (especialmente no meio universitário e estudantil) e mesmo na luta armada.

Em 69, Costa e Silva doente é afastado do governo e substituído a princípio por uma junta militar, e logo após por outro general gaúcho: Emílio Médici (que na época era comandante do III Exército).

Quanto à política econômica adotada pelo governo federal nesta fase, observava-se como já dissemos, um grande incentivo à empresa privada, com entrada de capital e tecnologia estrangeiros. O objetivo maior era de modernização de todo o sistema, o que realmente se notava em várias áreas (como comunicação, por exemplo).. A necessidade de assessores técnicos, os tecnocratas, se acentuou.

Ocorreu também no período a concentração de capital, sendo inúmeros os processos de incorporações de pequenas e médias empresas por outras, de grande porte, especialmente multinacionais. Esse fenômeno não tinha só justificativa na conjuntura brasileira daquele momento, mas correspondia à fase de desenvolvimento capitalista que o mundo vivia.

Nesta fase ocorreu uma concentração de renda no País, com empobrecimento das classes assalariadas e do proletariado. Este último teve seus órgãos associativos (sindicatos) bem mais controlados.

Houve um aguçamento no processo de desenvolvimento capitalista, correspondendo à maior urbanização e industrialização do País, e ficaram então mais marcadas as diferenças de classe na sociedade brasileira. Isso se deu não só por um fortalecimento do setor empresarial (burguesia), como por um aumento quantitativo (e qualitativo - em termos técnicos e políticos) do operariado.

A cooptação de intelectuais e da força da escola para reproduzir sua ideologia, bem como de parcelas dos partidos políticos, mais a penetração nos sindicatos e outras associações da sociedade civil, são todas formas de a classe dirigente diminuir a força da luta política (embora essa nunca seja totalmente eliminada).

Outra forma é a censura que se fazia sobre os diferentes meios de comunicação e arte, procurando dificultar a contestação ao modelo político-econômico que o País seguia. Este controle acabava sendo então muito abrangente, atingindo diferentes áreas sociais.

O País se modernizava, mas de cima para baixo, segurando possíveis explosões populares e mantendo largos traços da estrutura tradicional.

No RS, a economia mostrava um quadro em que permaneciam características anteriores com alguns setores em fase de modernização. Formava-se em 1960 um pólo industrial. Até esta época a indústria de alimentos tinha sido a principal, depois há estímulo para indústrias de fertilizantes e maquinaria agrícola e, a partir de 70 crescem outros setores, como o coureiro-calçadista, material elétrico e siderurgia. O setor agropecuário, embora com oscilações, permanece importante. A lavoura de soja se impõe como uma nova fonte de riqueza - a ponto de tornar-se o mais importante produto agrícola do estado - e junta-se com a lavoura do arroz, com a qual parece combinar-se muito bem. Mantém-se a criação de gado bovino e ovino. Continua também a migração de pessoas do campo para a cidade, onde buscam trabalho, principalmente no setor terciário. Mas se alguns alcançam ocupação sob forma de empregos ou subempregos, muitos nada conseguem e aumentam o contingente de população marginalizada nas cidades.

A preocupação em manter e consolidar a ordem política nos diferentes setores da vida nacional coloca para o governo federal a necessidade de normatizar tudo, imprimindo novas orientações (geralmente centralizadoras) para execução das atividades sociais, políticas, econômicas e culturais.

Isso se deu também na educação, que era entendida como um setor importantíssimo na formação de um cidadão adaptado ao novo momento político-institucional.

De extensa legislação da época com referência à educação, pode-se destacar, só como exemplo, alguns decretos que se preocupam com as manifestações estudantis: decreto-lei 252/67, que passa a impedir a organização dos estudantes a nível nacional e estadual (UNE e UEEs), e o famoso decreto 477/69 que proíbe manifestações políticas na Universidade e reprime mais diretamente as ações de professores, alunos e funcionários. Estes decretos, é claro, buscavam segurar o questionamento e a crítica ao regime que tinha na Universidade um dos seus mais importantes focos de resistência.

A institucionalização do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) é feita em 1967 e completada em 1970. Em 1969, pelo decreto-lei 869, a disciplina educação moral e cívica passa a ser obrigatória nos três níveis de ensino. Também ela irá se articular ao MOBRAL. Finalmente são especialmente importantes no período, as Leis 5540/68 (da Reforma Universitária) e a Lei 5692/71 (Reforma do 1º e 2º graus).

Em todo esse novo quadro legal para educação brasileira (que é bem mais extenso do que os destaques aqui mencionados), é possível percebermos as novas diretrizes políticas do País, a preocupação governamental em conter as pressões sociais e manter o "equilíbrio" dentro da sociedade de classes brasileira.

Assim como a lei 5540/68 pretendia modernizar o ensino universitário adaptando-o às necessidades do momento, a lei 5692 de 1971 busca objetivos semelhantes para o ensino primário e secundário.

A reforma universitária (lei 5540) introduz no ensino superior a departamentalização, o sistema de créditos, a divisão em ciclo básico e profissional e outras idéias que se assemelham ao modelo norte-americano. Busca através de uma série de mecanismos resolver a crise da universidade, que na época se manifestava pelo crescente número de estudantes não atendidos pelo sistema, e, juntamente com a absorção deste contingente (cuja eliminação se daria no interior da Universidade), apresentava também elementos para impedir a politização do ensino superior. A reforma busca também de algum modo responder, ou pelo menos sustar, as reivindicações estudantis que haviam explodido em 68.

A partir daí o setor privado viu-se estimulado a investir neste nível de ensino, já que as universidades públicas continuavam não sendo capazes de absorver a demanda de alunos por vagas. Com isso o governo passou a autorizar o funcionamento de faculdades isoladas particulares, frequentemente da área de humanidades (direito, filosofia, pedagogia, licenciaturas de história, geografia, letras, etc.). Como lembra B. Freitag este ensino de algum modo vai atender ao anseio da ascensão das camadas subalternas:

"Cursos superiores facilitados que formalmente lhes concedem o título de doutor. A expansão da rede particular nas áreas que, pela legislação e pelo planejamento oficiais foram consideradas não prioritárias ou até supérfluas (...) Os

cursos oferecidos nessas áreas podem tranquilamente funcionar à noite, porque exigem poucas instalações e têm à disposição recursos humanos de fácil recrutamento..."⁴⁴

Assim o ensino superior vai se estruturando em dois caminhos: o das grandes universidades públicas frequentado pelas classes mais privilegiadas, que forma os profissionais mais qualificados, especialmente nos setores modernos da ciência e tecnologia; e um segundo caminho, das faculdades e escolas isoladas particulares, que é frequentado pelas camadas médias menos favorecidas e que se dedica aos setores tradicionais da cultura.

Com relação ao 1º e 2º graus, a lei 5692/71 representa a orientação legal que incorpora a tendência tecnicista aqui já caracterizada. Rege-a o espírito de produtividade, eficiência e eficácia, daí a busca de não duplicação de meios para os mesmos fins, o caráter de terminalidade dos estudos (com profissionalização ao fim de 2º grau) e uma certa ênfase nas disciplinas mais "operacionais".

A lei estende o ensino obrigatório de 1º grau para 8 anos (englobando os antigos ginásio e primário), e estabelece um 2º grau de 3 ou 4 anos, conforme as possibilidades e objetivos das escolas. O 2º grau além da característica de profissionalização deveria continuar garantindo a oportunidade de ingresso no curso superior para os alunos que quisessem continuar os estudos.

Tem a lei muitas dificuldades para ser implantada. Muitos estabelecimentos escolares tentam se adaptar como podem às novas diretrizes, inclusive com uma certa improvisação no que se refere à profissionalização do 2º grau. Outros perdem a sua característica marcante, como algumas escolas normais que buscam incluir outras terminalidades para seu curso.

É dentro deste panorama que o Rio Grande se coloca no início dos anos 70 - marco final de nossa pesquisa. Durante esta década as tendências educacionais dominantes continuam na linha em que se anunciavam. No entanto no interior do próprio processo educativo (bem como em todo processo social e político) se gestava a resistência e as críticas que pouco a pouco começariam a se explicitar.

NOTAS

1. D. FREITAS. "O Mito da Produção sem Trabalho", in: RS: Cultura e Ideologia (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980).
2. Ibid., p. 24.
3. G. MULLER. "A Economia Política Gaúcha dos anos 30 aos 60", in RS: Economia e Política (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979); M.A. ANTONACCI, RS: As oposições e a Revolução de 1923 (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981); e S. PESAVENTO, "História Regional Repensada", in Autonomia ou Submissão? (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983).
4. Relatório do Conde de Caxias em 1846, transcrito por KRAEMER NETO, Nos Tempos da Velha Escola (Porto Alegre: Ed. Sulina, 1969), p. 163.
5. M. A. ANTONACCI. RS: As oposições e a Revolução de 1923 (P. Alegre: Mercado Aberto, 1981).
6. N. BOEIRA, "O Rio Grande de Augusto Comte", in RS: Cultura e Ideologia (P. Alegre: Mercado Aberto, 1980).
7. M. A. ANTONACCI, op. cit., p. 20.
8. Ibid, p. 29
9. S. PESAVENTO, "História Regional Repensada", in Autonomia ou Submissão? (P. Alegre: Mercado Aberto, 1983).
10. G. LOURO, "Análise da evolução da educação brasileira", in Revista Educação e Realidade, UFRGS/FACED, vol. 7 (1) (jan/abr. 1982), p. 98.
11. V. PAIVA. Educação Popular e Educação de Adultos (S. Paulo: Ed. Loyola, 1973).
12. Segundo informação de E. Kemp, na "Súmula de Meio Século de Educação no Rio Grande do Sul" (Porto Alegre: Correio do Povo, 4/out./1945).
13. B. FAUSTO. A Revolução de 30. História e Historiografia (7a. ed., S. Paulo: Brasiliense, 1981).
14. Ibid, p. 234.
15. E. Kemp, op. cit.
16. B. FAUSTO, op. cit.
17. O Manifesto assinado pelos principais educadores da época (ainda que de orientações ideológicas diversas) é um importante documento para a história da educação brasileira. O. Penteado diz que pode-se distinguir três linhas de pensamento no Manifesto: o positivismo de Comte, o sociologismo de Durkheim, e o pragmatismo de Dewey - cf. C. Cunha em Edu

cação e Autoritarismo no Estado Novo (S. Paulo: Cortez e Autores Associados, 1981). É ainda importante lembrar que o Manifesto se coloca num momento de aguçamento da luta entre educadores católicos e escolanovistas.

18. G. LOURO, op. cit.
19. V. PAIVA, op. cit.
20. Do secretário de educação do RS no período, Coelho de Souza, "A Educação no Rio Grande do Sul", in RS Terra e Povo (1a. ed., Porto Alegre: Ed. Globo, 1963), p. 276.
21. Ibid, p. 277.
22. D. SAVIANI, Escola e Democracia (São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983).
23. L. SOLA, "O golpe de 37 e o Estado Novo", in Brasil em Perspectiva, Mota (org.) (São Paulo: DIFEL, 1974).
24. Ibid, p. 266.
25. C. SOUZA, op. cit., 277.
26. Ibid, p. 282.
27. O. IANNI, Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970) (R. Janeiro: Civ. Brasileira, 1971), p.54.
28. V. PAIVA, op. cit.
29. Ibid, p. 132.
30. O. IANNI, op. cit.
31. Decreto lei nº 4244, de 09/4/1942 (exposição de motivos).
32. Para as classes trabalhadoras outro tipo de ensino estava sendo criado. Em 1942 o SENAI, em 1946, o SENAC, e, também neste ano, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.
33. Decreto-lei 4244, art. 23º.
34. O IANNI, O Colapso do Populismo no Brasil (4a. ed., R. Janeiro: Civ. Brasileira, 1978).
35. C. SOUZA, op. cit., 284.
36. O. IANNI, O Ciclo da Revolução Burguesa (Petrópolis: Vozes, 1984), pp. 55/62.
37. O. IANNI, "O Estado e o Planejamento...", p. 144.
38. Cf. ÁUREA PRADO, "A Formação do Professor Primário", in RS Terra e Povo (2a. ed., Porto Alegre: Ed. Globo, 1963).
39. O. IANNI, "Estado e Planejamento...", p. 146.
40. E. BUFFA, Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada (S. Paulo: Cortez e Moraes, 1979).
41. Ibid., p. 81.
42. Sobre as vinculações teóricas da tecnologia educacional, ver o artigo "A Pedagogia Tecniciста", de Kuenzer e Machado, in Escola Nova, Tecnicismo e Educação Compensatória, do livro organizado por Guiomar Namó de Mello (S. Paulo, Ed. Loyola,

1984).

43. EDMUNDO CAMPOS COELHO, apud. IANNI, in "O Ciclo da Revolução...". p. 70.
44. B. FREITAG, Escola, Estado e Sociedade, (4a. ed., S. Paulo: Ed. Moraes, 1980), p. 83.

Concluiu-se esta edição
em outubro de 1988
"PROVAS REVISADAS PELO CLIENTE"

Composição, impressão e acabamento:



Indústria Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gen. Vitorino, 41—Porto Alegre—RS
Fones: 21-6685 e 25-8079
Rua Monsenhor Vares, 676—Porto Alegre—RS
Fones: 23-0111 e 23-0523